



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

POLIANA FRAGATTI CRISTOVAM

**PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR NA PERSPECTIVA  
DAS QUATRO DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM  
INFORMAÇÃO**

---

Londrina  
2020

POLIANA FRAGATTI CRISTOVAM

**PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR NA PERSPECTIVA  
DAS QUATRO DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM  
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante.

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C933 Cristovam, Poliana Fragatti.

Perfil do bibliotecário escolar na perspectiva das quatro dimensões da competência em informação / Poliana Fragatti Cristovam. - Londrina, 2020.  
103 f. : il.

Orientador: Luciane de Fátima Beckman Cavalcante.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Competência em informação - Tese. 2. Biblioteca escolar - Tese. 3. Bibliotecário escolar - Tese. 4. Dimensões da competência em informação - Tese. I. Cavalcante, Luciane de Fátima Beckman. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 3

POLIANA FRAGATTI CRISTOVAM

**PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR NA PERSPECTIVA  
DAS QUATRO DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM  
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profa. Dra. Luciane de Fátima  
Beckman Cavalcante  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Adriana Alcará  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Marta Leandro da Mata  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Londrina, 15 de dezembro de 2020 .

***Dedico ao meu esposo, família e amigos.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, profa Dra. Luciane Cavalcante, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela dedicação durante o período presencial e remoto, bem como por sua compreensão quanto aos acontecimentos durante a pandemia.

Aos membros da banca, Profa Dra. Adriana Alcará e Profa Dra. Marta Leandro da Mara.

À UEL e aos professores do PPGCI, que propiciaram o alicerce teórico para a concretização desta formação acadêmica.

Aos colegas que corroboraram uns com os outros durante o percurso presencial.

Gostaria de agradecer também a algumas pessoas que contribuíram para que este sonho se concretizasse.

À minha família, pai, mãe e irmão, que sempre foram meu alicerce.

Ao meu esposo, Lucas, que me apoio de forma incondicional.

À Instituição em que trabalho, às pessoas do Diretor Geral, Prof. Ms. Gilberto Damasceno e Prof. Dra. Marta Balbé Pires por autorizarem a minha ausência no período de trabalho a fim de concretizar o sonho de egressar na Pós-Graduação.

Por fim, a todos que me apoiaram de forma direta ou indireta.

Muito Obrigada.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.” Albert Einstein

CRISTOVAM, Poliana Fragatti. **Perfil do bibliotecário escolar na perspectiva das quatro dimensões da competência em informação**. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

A biblioteca escolar perpassou por significativas mudanças durante a história na perspectiva da educação. Paralelamente, o bibliotecário escolar observou suas práticas, habilidades e responsabilidades serem influenciadas por tais mudanças, fazendo-o refletir e inserir em sua atuação, estudos que contemplassem teorias para seu aperfeiçoamento profissional. A competência em informação é apresentada, neste cenário, como alternativa, agregando possibilidades para transformação pessoal e profissional. Nesse sentido, levantou-se por meio da literatura e de documentos, as atividades desenvolvidas por bibliotecários escolares, relacionando o fazer com as quatro dimensões da competência em informação. Sua abordagem metodológica foi a bibliográfica e documental com natureza qualitativa, optando-se pelo método de análise de conteúdo para a investigação dos documentos escolhidos para auxiliar no alcance dos questionamentos levantados. Entre os documentos analisados, foi possível averiguar que apesar de a literatura abordar sobre as práticas do fazer bibliotecário escolar, contemplando as dimensões técnica, estética, ética e política, os documentos analisados envolvem, em sua grande maioria, as dimensões técnica, ética e política, abordando pouco sobre a dimensão estética, que se refere ao contexto criativo da atuação profissional. Nota que em âmbito internacional alguns documentos completam as quatro dimensões da competência em informação, mas em esfera nacional ainda há muito a crescer nesta área.

**Palavras-chave:** competência em informação; biblioteca escolar; bibliotecário escolar; dimensões da competência em informação; atuação profissional.

CRISTOVAM, Poliana Fragatti. **Profile of the school librarian from the perspective of the four dimensions of information literacy**. 2020. 102 p. Dissertation (Master in Information Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

### **ABSTRACT**

The school library has undergone significant changes throughout history from the perspective of education. At the same time, the school librarian observed that his practices, skills and responsibilities were influenced by such changes, making him reflect, and include in his work, studies that contemplate theories for his professional improvement. The information literacy is presented in this scenario, as an alternative, adding possibilities for personal and professional transformation. In this sense, it proposes to raise, through literature and documents, the activities developed by school librarians, relating the doing with the four dimensions of information competence. Its methodological approach will be bibliographic and documentary with a qualitative nature, and the method of content analysis was chosen for the investigation of the documents chosen to assist in reaching the raised questions. Among the analyzed documents it was possible to verify that despite the literature addressing the practices of making school librarians, contemplating the technical, aesthetic, ethical and poetic dimensions, the analyzed documents mostly contemplated the technical, ethical and political dimensions, addressing little about the aesthetic dimension, which refers to the creative context of professional performance. Note that at the international level, some documents complement the four information literacy, but at the national level, we still have a lot to grow in this area.

**Key words:** information literacy; school library; school librarian; dimensions of information literacy; professional performance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> - Principais marcos históricos da biblioteca escolar no Brasil .....	18
<b>Imagem 2</b> - Disposições do Bibliotecário Escolar no Século XXI .....	37
<b>Imagem 3</b> - Funções indicando sua natureza interconectada e flexível para o bibliotecário escolar.....	38
<b>Imagem 4</b> - Breve histórico do cenário da introdução da influência das práticas ligadas ao desenvolvimento da competência em informação .....	47
<b>Imagem 5</b> - A mandala de príncipes para o desenvolvimento da competência em informação .....	49
<b>Imagem 6</b> - Resumo das características das dimensões da competência em informação .....	52
<b>Imagem 7</b> - Elementos da dimensão ética da competência em informação com base na literatura.....	61

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Categorias referentes à dimensão técnica da competência em informação .....	54
<b>Quadro 2</b> - Categorias referentes à dimensão estética da competência em informação .....	58
<b>Quadro 3</b> - Categorias referentes à dimensão ética da competência em informação .....	62
<b>Quadro 4</b> - Categorias referentes à dimensão política da competência em informação .....	64
<b>Quadro 5</b> - Conceitos e habilidades da competência em informação .....	70
<b>Quadro 6</b> - Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão técnica.....	71
<b>Quadro 7</b> - Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão estética.....	75
<b>Quadro 8</b> - Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão ética.....	78
<b>Quadro 9</b> - Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão política.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	<i>Association of College &amp; Research Association</i>
ALFIN	<i>Alfabetización Informacional</i>
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CI	Ciência da Informação
CHI	Competência em Informação e Habilidades Informativas
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
IBICT	Instituto Brasileiro de Comunicação e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMEST	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo
PNBE	Programa Nacional de Bibliotecas na Escola
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BIBLIOTECA ESCOLAR E ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO</b> .....	<b>16</b>
2.1	BIBLIOTECA ESCOLAR .....	16
2.2	ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....	29
<b>3</b>	<b>COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO</b> .....	<b>42</b>
3.1	DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO .....	50
3.1.1	Dimensão Técnica .....	54
3.1.2	Dimensões Estética .....	56
3.1.3	Dimensões Ética .....	59
3.1.4	Dimensões Política .....	63
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>66</b>
4.1	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS .....	67
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>70</b>
5.1	CATEGORIAS DA DIMENSÃO TÉCNICA. ....	71
5.2	CATEGORIAS DA DIMENSÃO ESTÉTICA .....	75
5.3	CATEGORIAS DA DIMENSÃO ÉTICA .....	78
5.4	CATEGORIAS DA DIMENSÃO POLÍTICA .....	81
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, é inegável que o progresso natural das sociedades tenha propiciado o desenvolvimento de novas ferramentas de acesso, busca e uso da informação, surgindo distintas necessidades informacionais. Tal cenário foi e é perpassado por diferentes atores, entre eles, o bibliotecário. Nesse sentido, argumentar sobre sua atuação tornou-se essencial para compreender as habilidades e as responsabilidades desse profissional.

Na perspectiva educacional, foi eminente conhecer o papel do bibliotecário escolar, uma vez que esse passou a exercer também uma função educativa tal como um profissional engajado. De acordo com Lanzi e Vidotti (2013), o perfil do bibliotecário deve ser de um profissional dinâmico, antenado às novas linguagens da web, colaborativo e que saiba trabalhar em equipe. Partridge, Lee e Munro (2000) nomeiam o bibliotecário como 2.0, caracterizando-o como entusiasta, inspirador, comunicativo, visionário, criativo e que, continuamente, externa seu amor pela profissão.

Entende-se, nesse contexto, que as habilidades do(a) bibliotecário(a) escolar, foram diretamente afetadas por essas mudanças, exigindo dele(a) o desenvolver de competência específica para uma reestruturação profissional e para a renovação de sua imagem.

Por outro lado, faz-se necessário saber que a biblioteca escolar é um ambiente em que se utiliza e faz parte do processo de ensino e aprendizagem, perpassando por várias fases, em que seu conceito e significado foram discutidos e, em certas situações, até esquecidos pelo contexto educacional. Todavia, com a evolução das tecnologias educacionais, foi preciso fazer mudanças na biblioteca escolar, exigindo-se mais de sua estrutura, do acervo e, principalmente, do profissional que nela atua.

A biblioteca, em muitos momentos, foi vista apenas como espaço estático, pouco frequentada, todavia transfigurar-se para acompanhar as mudanças do processo de ensino e da sociedade da informação tornou-se essencial para sua sobrevivência. Para Roca (2012), não é questão de inventar uma nova biblioteca escolar, mas sim, o anseio de uma nova renovação pedagógica, já que desempenha uma função de apoio em todo esse processo de mudança.

Entretanto, mesmo com uma vasta discussão teórica, na prática o cenário ainda é estereotipado tecnicista, haja vista que os muitos anos da profissão Bibliotecário no

Brasil não resultaram em grandes avanços, pois muitos ainda o identificam como “guarda livros”. Neste sentido, argumenta-se quanto a necessidade de mudanças nas práticas biblioteconômicas.

Silveira (2008, p. 83) destaca que a função de bibliotecário foi durante muito tempo reconhecida “[...] com a ocupação permeada por mistérios e desenvolvida por intelectuais dotados de vasta cultura humanística [e] grande capacidade de organização”. Tal fato respalda nas tradições biblioteconômicas com tendências tecnicistas em que o bibliotecário se isenta de seus objetivos sociais.

Nesse contexto, Pires (2012) destaca que o profissional da informação é aquele que além de executar seus serviços tecnicistas, tem a missão de desenvolver estratégias para se adaptar às novas demandas, criando métodos e técnicas para melhor atender a comunidade em que está inserido.

Discussões sobre uma mudança de atitude dos bibliotecários já eram necessárias em meados do século XX, quando a tecnologia impulsionou uma significativa mudança da sociedade da informação, alterando o papel da biblioteca de detentora da informação à promotora da informação.

Parada (1999) discutiu sobre uma transformação de caráter mais social e participativo dos bibliotecários. Paralelo a isso, Blattmann e Rados (2000) enfatizam sobre a mudança da imagem do bibliotecário e seus valores, pontuando qual a essência da profissão, sua participação junto à sociedade, como um agente de mudanças com valores éticos norteados por princípios de vivência social. Na visão de Pires (2012), este profissional da informação necessita tomar para si um papel de agente transformador social, educacional e cultural. Tais agentes transformadores associados ao econômico e ao tecnológico contribuíram para fomentar a transfiguração no papel da profissão bibliotecário, sobretudo nos que atuam na escola, pois em consequência das novas demandas, a exigência foi quanto ao desenvolvimento de novas competências. A premissa da transformação nas práticas do profissional ocasionou, inevitavelmente, a condição de mudanças em sua formação, na Biblioteconomia. O ensino tecnicista das academias originou após os fatores descritos, a necessidade da inclusão de aspectos com cunho social no currículo, preparando o bibliotecário para atuar nesta nova realidade.

Nesse sentido, a Ciência da Informação agrega à Biblioteconomia, possibilidades de pesquisas, em que traz temáticas com vertentes mais sociais, as quais resultaram em oportunidades para integrar estudos que corroborem na

formação do bibliotecário. Como é o caso da competência em informação, que apresenta o discurso de que suas diretrizes estão baseadas no acesso à informação de forma eficiente e efetiva, no avaliar da informação de forma crítica e competente e no uso da informação de forma precisa e criativa.

Assim, a educação, sendo um dos pilares da sociedade, identifica a necessidade de ampliar as pesquisas científicas, tendo em vista que a comunidade acadêmica pode contribuir de forma significativa para as práticas sociais, deste modo, realizar estudos que agreguem esta perspectiva, corrobora para um cenário cujo estudo e pesquisa surge para o seu desenvolvimento. Desta maneira, autores como Rios (2002); Partridge e Munro (2010); Gasque (2012); Belluzzo (2013); Dudziak (2013); Campello (2016); Correa e Castro Júnior (2018); Vitorino e Piantola (2019); De Lucca e Vitorino (2020); Orelo e Vitorino (2020); Souza, Bahia e Vitorino (2020) contribuem na construção do alicerce teórico para a melhoria das práticas cotidianas, proporcionando parâmetros e subsídios ao bibliotecário escolar, ao cenário de estudo no desenvolvimento da competência em informação.

O interesse nesta temática, é decorrente da área de atuação da pesquisadora, uma vez que atua em biblioteca escolar há alguns anos e percebeu que para disseminar a informação é preciso estudos que agreguem conhecimento acerca de uma aprendizagem mais ativa e atuem na prática pedagógica de forma mais intensiva, deixando de lado o tecnicismo e partindo para reflexões acerca da competência em informação, escolhendo assim, como linha de pesquisa o “Compartilhamento da informação e do conhecimento”. Todavia, na visão de Vitorino e Piantola (2011), para o desenvolvimento da competência em informação, são necessárias quatro dimensões: técnica, estética, ética e política. Entende-se, assim, que a pesquisa corrobora para o aprimoramento profissional, buscando a eficácia no exercer da profissão de bibliotecário.

Assim a presente pesquisa tem o seguinte questionamento: Qual é o perfil do bibliotecário escolar na perspectiva da competência em informação?

Desse modo, para melhor compreensão do assunto, esta dissertação visa dialogar sobre o histórico da biblioteca escolar no Brasil, para compreensão do papel do bibliotecário escolar, como educador, relacionando suas práticas as quatro dimensões da competência em informação.

Diante disso, justifica-se este estudo, baseado em circunstâncias que permeiem o contexto histórico da biblioteca e do bibliotecário escolar, como já

apresentados nesta introdução. Busca como objetivo geral, analisar o perfil do bibliotecário escolar sob a perspectiva das quatro dimensões da Competência em informação e traz objetivos específicos como: levantar por meio da literatura documentos que validem as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários escolares; caracterizar o perfil do bibliotecário escolar como agente transformador social; relacionar o fazer do bibliotecário escolar com as quatro dimensões da competência em informação.

Nesse sentido, serão analisados os documentos: código de ética, bem como a Lei nº12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares em âmbito nacional e o respeito do profissional bibliotecário para atuar neste espaço, e o projeto de Lei n. 9.484/2018 que dispõem sobre uma nova definição de bibliotecas escolares e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) para fins do alcance dos objetivos desta pesquisa.

Esta dissertação se organiza em sete capítulos:

1 – Introdução, que se delimita o tema e se discorre acerca da questão central da pesquisa, sua problemática, justificativa e objetivos;

2 - Biblioteca escolar, em que se traça uma linha do tempo nacional da estruturação, das definições, das características e dos conceitos sobre a temática, destacando sua função pedagógica, a fim de evidenciar o bibliotecário escolar como profissional destinado a desenvolver suas habilidades e a competência em informação como sujeito responsável deste ambiente e das ações ali realizadas;

3 – Competência em informação, onde apresenta a linha temática, suas definições, conceitos e características, com indicativos internacionais e nacionais, dando ênfase no escopo teórico das quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2019);

4 - Procedimentos metodológicos, compreendendo a descrição do procedimento que será utilizado para o desenvolvimento e construção desta pesquisa;

5 - Análise de conteúdo, embasada no referencial teórico onde descreve o resultado da pesquisa proposta.

6 - Considerações finais e o alcance dos objetivos estabelecidos no início da pesquisa.

## **2 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO**

### **2.1 Biblioteca Escolar**

A biblioteca surgiu instigando ao propósito da leitura e o aprendizado. Com esse intuito agrega-se à educação a fim de apoiar o sistema educacional e incentivar a valorização dos livros não só como fonte de conhecimento universal, mas que carrega mistérios que permeiam o ambiente escolar. Sua trajetória descreve a fragilidade atribuída pelo estereótipo criado por uma sociedade em que muitos desconhecem suas reais atribuições e contribuições, tendo em vista o histórico que o Brasil traz desde sua gênese não sendo exatamente conhecido como um investidor e incentivador da educação, da formação escolar e/ou da acadêmica. Nesse sentido, é preciso conhecer um breve histórico de como a biblioteca escolar foi estabelecida no país e em que ponto ela se estruturou no formato que, hoje, se conhece.

Souza e Lindoso (2016) argumentam que os primeiros relatos sobre a temática são referentes há uma biblioteca instalada no Colégio dos Jesuítas e outras de pequeno porte espalhadas pela colônia. Localizada em Salvador-Bahia sua existência se deu no final do século XVI, contendo um acervo de nível superior em diversas áreas. Mesmo com certa diversidade de conteúdo, a população não era estimulada a ler, pois 80% da população era constituída de analfabetos e, na realidade educacional brasileira da colônia, poucos aprendiam a ler (ARROYO, 1968).

Com a expulsão da Companhia dos Jesuítas, as bibliotecas tiveram seus acervos “confiscados, destruídos, queimados, vendidos para serem embaladores de sabão, [pois] papel na época era escasso, ou simplesmente abandonado em qualquer espaço. No fim muitos livros foram perdidos e a biblioteca ficou esquecida por um tempo” (SOUSA; LINDOSO, 2016, p. 8). Na época, a educação no Brasil foi por muito tempo restrita à igreja a qual era a única que mantinha práticas educacionais até o final do século XVIII. Em meados de 1759, a educação dirigida pelas ordens religiosas sofreu grande ruptura, em consequência das orientações do marquês Pombal, que expulsou as ordens religiosas do Brasil alegando que elas detinham o poder político e educacional do país e não estavam de acordo com os interesses do governo Estatal. (SILVA, 2012).

Assim, o país ficou conhecido por não priorizar a educação como um dos pilares para seu desenvolvimento social, foi apenas no Brasil Colonial, entre o século XVI até o início do século XIX, que significativas mudanças ocorreram. A falta de

recursos em Portugal e o não investimento em profissionais devidamente habilitados, fez sentir efeitos negativos na educação do país, bem como a inexistência de recursos afetou diretamente no desenvolvimento de uma política voltada à biblioteca escolar, não aparecendo como ponto prioritário ou secundário no movimento educativo ou em documentos institucionais da época. Segundo Silva (2012), “o fato é que no Brasil a biblioteca não foi indicada como um fenômeno de aprendizado e acesso à informação”.

Há indícios, na história da biblioteca escolar, que apontam apenas uma parcela da sociedade ter acesso aos seus conteúdos, essa restrição ocasionou dificuldades em sua popularização e o significativo agravante do descaso com as possíveis contribuições e relevância para toda uma nação.

Silva (2012) ressalta que fatores como os problemas na fabricação do papel, a falta de gráficas, poucas editoras com qualificação para a produção de livros, um número restrito de livrarias no país, bem como um sistema arcaico na distribuição de livros e a parcela mínima de pessoas que tinham acesso, inibiram o desenvolvimento da biblioteca escolar. Na visão de Castro (2003), isso ocorreu devido a inexistência de comércio e da indústria livreira para que subsidiassem as iniciativas da educação para que se rompessem o diálogo entre biblioteca e ensino. Sousa e Lindoso (2016) complementam que o êxito econômico era mínimo, resultando em uma baixa quantidade de livros e que os poucos existentes eram de uso restrito dos homens nobres.

Essa restrição também foi identificada na educação, quando o contexto era frequentar uma escola, pouco se via colonos frequentarem uma escola, pois a educação não era um ponto priorizado pelas autoridades governamentais e por sua vez não havia incentivos. Assim, a biblioteca escolar não tinha uma prioridade dentro das políticas de educação, evidenciando um dos motivos pelos quais as autoridades políticas não atribuíam grande relevância ao termo biblioteca na escola. (SILVA, 2012).

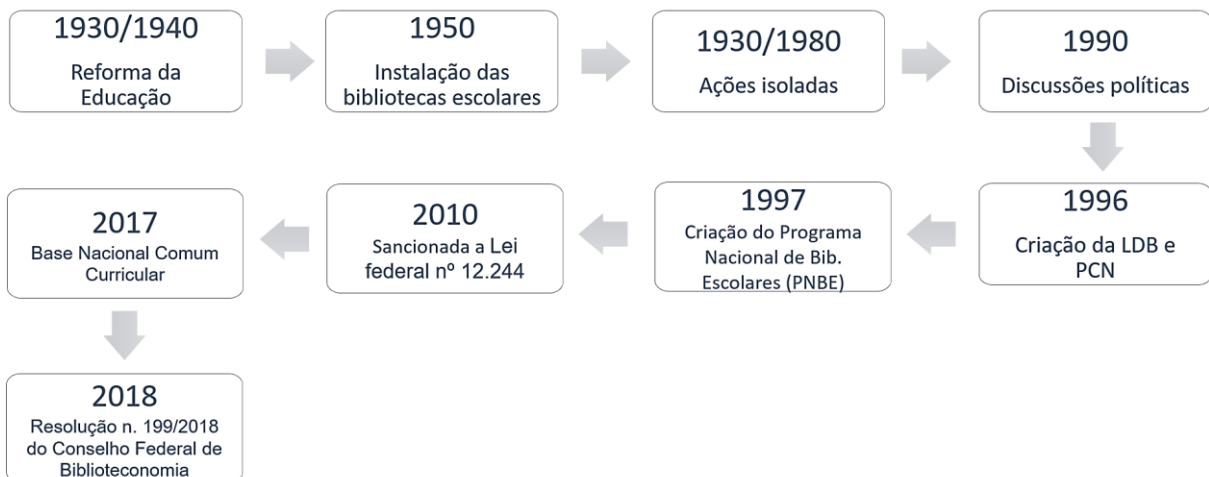
Apenas com a chegada da Família Real ao Brasil, após a crise política existente na Europa é que se identificaram mudanças significativas. Com ela vieram um acervo da Biblioteca Nacional, com cerca de 60 mil volumes, sendo considerado hoje o maior do mundo (GOMES, 2014), todavia não possuía o significado de biblioteca pública, mas apresentou ao país a importância cultural e intelectual da biblioteca (SOUSA; LINDOSO, 2016). Entretanto, sua configuração, como se conhece hoje, só inicia no final do século XIX e início do século XX, aproximadamente no ano de 1849 com o

então presidente Vicente P. da Mota que levanta a discussão na Assembleia Legislativa apresentando instruções para a instalação de uma biblioteca escolar na província de São Paulo.

A criação de bibliotecas escolares, no sentido hoje entendido, começou a acontecer no país com a fundação das escolas normais. A primeira a ser criada foi a Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos, São Paulo, em 30 de junho de 1880 e, anos depois, em 16 de junho de 1894, inaugura-se a Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital. (SOUZA; LINDOSO, 2016)

Desde sua gênese, observa-se que a história da biblioteca escolar está atrelada à educação, em cada marco é possível identificar que mudanças importantes ocorreram e que ambas, biblioteca e escola, precisam caminhar juntas para alavancar a área educacional.

**Imagem 1** – Principais marcos históricos da biblioteca escolar no Brasil



**Fonte:** Elaborado pela autora

Em 1930/1940, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira iniciaram uma reforma na educação brasileira em que reestruturaram os aspectos relacionados às práticas e ao currículo (BRASIL, 2018). Tal fato foi decorrente da criação do Ministério da Educação em 14 de novembro de 1930, ocorrendo os primeiros relatos de políticas públicas relacionado ao contexto educacional, entre eles a biblioteca escolar. De acordo com Sousa e Lindoso (2016) iniciava-se ali um pensar nas questões que envolvessem o acervo, iniciativas da valorização e o incentivo à leitura legitimando a biblioteca no sistema de ensino e a participação da comunidade na escola. Em 1950, foi o marco para a instalação das bibliotecas escolares no país iniciando discussões

sobre acervo. Entretanto, entre 1930 a 1980, observaram-se ações isoladas de incentivo às bibliotecas, essas ações perderam forças devido à falta de incentivo do sistema político, bem como governamental (SOUSA; LINDOSO, 2016). Após esse período, houve a ditadura militar e a informação passa a ser censurada, apenas em 1990 é que se iniciam novas discussões políticas para o desenvolvimento das bibliotecas escolares.

Foi em 1996 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997 que a biblioteca é inserida e caracterizada como um espaço estímulo à leitura e ao aprendizado. Além disso, o PCN orienta que a educação deve proporcionar na escola as oportunidades para crianças e jovens utilizarem a linguagem em suas diferentes modalidades, tendo em vista que a aprendizagem da língua deverá ser feita com base na diversidade textual, proporcionando uma prática constante de leitura. Campello (2016) destaca que o PCN reconhece a biblioteca como fundamental para o desenvolvimento de um programa de leitura eficiente, sendo um espaço apto a influenciar o gosto pela leitura, uma vez que é um local de aprendizagem permanente, em que há um estoque de conhecimento, um espaço no qual se desenvolvem valores e cidadania, participando de maneira efetiva na formação dos estudantes.

Foi em 1997 que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, se criou o Programa Nacional de Bibliotecas na Escola (PNBE), com o intuito de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura.

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino básico, emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Considerando a necessidade de garantir aos alunos e professores das séries finais do ensino fundamental o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social; Considerando a necessidade de incentivar a dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras; Art. 1º - Determinar a distribuição de obras de literatura pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2006, às escolas públicas que ofereçam as séries finais do ensino fundamental, cadastradas no Censo Escolar publicado pelo INEP. (BRASIL. PORTAL DE LEGISLAÇÃO, 2006)

A iniciativa colocou em pauta uma questão ainda antiga quanto às funcionalidades da biblioteca escolar. Com uma gama de possibilidades, o PNBE estabeleceu critérios para a constituição do acervo físico, levantando a discussão de um espaço caracterizado, muitas vezes, como um mero depósito. As possibilidades para o estabelecimento destas diretrizes eram amplas, e poderiam abordar sobre as

funcionalidades educacionais e a descrição das práticas do profissional que nela atua, direcionando o bibliotecário como educador e integrante do processo educacional, já que se tratava de um Programa Nacional de Bibliotecas Escolares.

Apenas dez anos depois, o Governo Federal publicou um documento com orientações técnicas acerca da formação continuada de profissionais na área da educação e conceituou as bibliotecas escolares que

não devem ser vistas como simples depósitos de livros. Elas devem ter seu foco voltado para as pessoas no uso que essas fazem da informação oferecendo meios para que esta circule da forma mais dinâmica possível. (BRASIL, 2007)

Conforme já mencionado na introdução, foi apenas em 24 de maio de 2010, que se sancionou a Lei federal nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares, em que instituições de ensino públicas ou privadas contarão com bibliotecas, a obrigatoriedade de quantidade de materiais bibliográficos e um profissional bibliotecário, estabelecendo um prazo de dez anos para o seu cumprimento (BRASIL, 2010).

Entende-se que a Lei com suas preposições auxiliou as instituições de ensino básico a terem um parâmetro para a consolidação de bibliotecas em suas unidades educacionais, mas não apresentou clareza em alguns pontos, assim como o PNBE. Este cenário contribuiu para discussões calorosas, que resultaram no ano de 2018, em um projeto de lei com especificações relacionadas as bibliotecas escolares no Brasil. Assim, será apresentado algumas destas discussões.

Farias e Britto (2019) acreditam que aspectos do texto da Lei nº12.244 demandam esclarecimentos e se abrem críticas, criando lacuna para que, a lei não seja capaz, efetivamente de promover a cultura escrita e o aprender efetivo, não estabelecendo orientações quantitativas do que é necessário constituir um cenário para se formar uma biblioteca escolar. Os autores (2019) propõe que o ato legal da Lei n. 12.244/10 “reduz a biblioteca escolar ao acervo e à presença obrigatória do bibliotecário”. Mesmo com amplas discussões acerca de escola e de biblioteca, até mesmo por seu nome, a lei parece desconhecer essa condição, “uma vez que seu texto não valoriza ou garante qualquer laço com a escola como um todo e com um projeto de educação” (FARIAS; BRITTO, 2019, p. 833).

Embora o ato legal culmine na obrigatoriedade da presença de um bibliotecário nas bibliotecas escolares, ou seja, por um profissional qualificado para ali desenvolver ações que dialoguem com a escola, o interessante seria que as orientações quanto ao diálogo, escola e biblioteca, fossem mais transparentes, possibilitando o reconhecimento desta relação.

É sabido que em vários momentos da história da biblioteca escolar evidencia-se que não existem possibilidades de promover qualquer que seja a discussão, sem atrelar a biblioteca à educação. Assim seria necessário que

o referido ato legal seja feito à luz de um projeto de Educação, junto com recomendações da área da Biblioteconomia. [...] É necessário que a biblioteca escolar esteja ancorada em um horizonte educacional, alinha a um projeto político pedagógico da escola e atenda às recomendações biblioteconômicas para seu adequado funcionamento. (FARIAS; BRITTO, 2019, p. 827)

Nesse contexto se insere a Resolução nº. 199/2018 do Conselho Federal de Biblioteconomia, que dispõe sobre os parâmetros da estruturação e do funcionamento, em consonância da LDB (Lei n. 9.934/96). Nele se estabelece que o acervo da biblioteca contempla todo material destinado à consulta e à pesquisa e dispõe da quantia de, no mínimo, dez títulos por aluno, considerando a diversidade de da sociedade e dos gêneros literários, bem como as orientações de preservação, de organização, de funcionamento e de acessibilidade. Ademais, deve-se estabelecer a área mínima de 50m<sup>2</sup> com mobília e equipamentos que atendam a comunidade escolar, os serviços e as atividades que disponibilizem a consulta local ao acervo, ao empréstimo domiciliar, às atividades de incentivo à leitura e ao apoio à pesquisa escolar. (FARIAS; BRITTO, 2019).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's) é outro parâmetro que aborda sobre o assunto, argumentando que o maior interesse deve ser cuidar e educar, sendo primordial a construção da qualidade social. Ao afirmar que

construir a qualidade social pressupõe conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível educar e cuidar mediante interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais, objetivos, conhecimento e concepções curriculares. Isso abarca mais que o exercício político-pedagógico que se viabiliza mediante atuação de todos os sujeitos da comunidade educativa. Ou seja, efetiva-se não apenas mediante participação de todos os sujeitos da escola – estudante, professor, técnico, funcionário, coordenador – mas também mediante aquisição e utilização adequada dos objetos e espaços (laboratórios, equipamentos, mobiliário,

salas-ambiente, biblioteca, videoteca etc.) [...] para se instaurar a primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos investigatórios para construção do conhecimento. (BRASIL, 2013, p. 22)

Em consonância à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), estabelece-se para a educação as chamadas competências, a fim de determinar as habilidades que os alunos deverão desenvolver durante o período na escola, da educação infantil ao ensino médio. Definida como práticas cognitivas e socioemocionais, as atitudes e os valores promoverão demandas complexas da vida cotidiana, para o desenvolvimento do exercício da cidadania e do mundo do trabalho, reconhecendo que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”. (BRASIL, 2017)

Resumidamente o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) descreve que as competências são classificadas em dez categorias, sendo elas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. A BNCC ainda apresenta um tópico “O que posso encontrar na biblioteca?” para estabelecer que poderá encontrar diversos recursos que apoiem a implementação da BNCC, ou seja, no auxílio do desenvolvimento das competências. Roca (2012) enfatiza que estes conteúdos estão, principalmente, ligados à competência leitora e informacional, evidenciando o possível diálogo entre biblioteca e escola.

Para Campello (2019) muitas dessas competências estão ligadas ao uso da informação e essa é a ligação entre a biblioteca escolar e o bibliotecário, que coerentes à BNCC apontam o estímulo à pesquisa, dando oportunidade para o explorar de forma autônoma, sendo a pesquisa um princípio educativo encontrado no cerne do conceito apresentado pela competência em informação.

Em decorrência disso, vale ressaltar que na biblioteca escolar é possível trabalhar a competência em informação com o viés de articular e colocar em ação o conhecimento, as habilidades e as atitudes para o desenvolvimento pessoal, cultural e social. Além disso, a biblioteca escolar traz em seu cerne ações para o aprender a aprender, estimulando a comunidade escolar a germinar a curiosidade para a solução

de problemas, sendo um apoio informacional. A competência em informação infere a concepção em que o indivíduo está no centro do processo de aprendizagem, ampliando suas habilidades cognitivas para um pensamento crítico e para o desenvolvimento de uma aprendizagem autônoma para auxiliar na solução de problemas do cotidiano. Nesse contexto, determina-se uma relação entre os conceitos, identificando como desenvolver a competência em informação na biblioteca escolar com intuito de ampliar as possibilidades para o desenvolvimento das habilidades informacionais da comunidade escolar.

A promoção do uso da biblioteca escolar representa um trabalho de dinamização e de participação no sistema escolar, assegurando a finalidade conforme afirma Roca (2012) que é assegurar a realização dos processos de ensino-aprendizagem e as ações de promoção da leitura reflexiva, uma vez que dispõe de instalações e equipamentos diferentes de uma sala de aula. Ferreira (2018) discorre que seu papel é como núcleo de aprendizado e sua relação com a escola não é fracionada, mas como um aparelho formativo, tendo por objetivo promover e dinamizar o aprendizado em suas múltiplas facetas.

Tratar do aprendizado na biblioteca e da biblioteca como apoio ao processo de aprendizado requer diferenciação conceitual. De ambas as formas o aprendizado deve acontecer. A primeira de forma mais autônoma enquanto a segunda inteiramente dependendo do currículo e da prática pedagógica. É necessário que as atividades realizadas e serviços prestados pela biblioteca estejam todos em consonância com o projeto pedagógico. (FERREIRA, 2018, p. 6)

Nota-se que a sociedade transpassa alternâncias na cultura digital e nos aspectos sociais, os quais resultam em mudanças no uso da informação nas práticas leitoras, ocasionando uma metamorfose nas necessidades geradas pela escola, com o direcionamento a uma reformulação metodológica nos processos de ensino e aprendizagem para definir outros âmbitos nas ações da biblioteca escolar.

Nessa perspectiva, acredita-se que a biblioteca escolar é mais que um ambiente informacional, tendo em vista que ela compreende que sua finalidade pedagógica é indiscutível, todavia ela possibilita mais que um local de estudos. Nesse viés, Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013) acreditam em um ambiente em que os estudantes possam ir mesmo sem uma necessidade informacional específica, mas serem atraídos por ações culturais e sociais. Dessa forma, a biblioteca escolar torna-se um espaço de convivência e, se essa relação ocorrer de forma satisfatória, o resultado

acarretará laços afetivos com a comunidade escolar e facilitará no cumprimento de sua missão.

Roca (2012) argumenta que sem afetividade não ocorrem processos de aprendizagem na biblioteca, levando a compreensão de que todas essas concepções formam um importante ciclo no diálogo biblioteca e escola. Conseqüentemente, a possibilidade que a biblioteca escolar tem de favorecer o desenvolvimento e as habilidades intelectuais a fundamenta como recurso educacional (ROCA, 2012). Argumenta-se, então, que ela deveria ser utilizada e promovida de forma autônoma pela comunidade escolar, representando sua função social. Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender o conceito missão e as possibilidades que a biblioteca escolar pode oferecer quando este diálogo for possível.

Nesse sentido, a *International Federation of Library Associations and Institutions* - IFLA (2002) estabeleceu a missão da biblioteca escolar como sendo de

proporcionar informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA, 2006, p.3)

A partir da definição da natureza, do propósito, do papel e das orientações que nortearam o planejamento e as ações da biblioteca escolar, perpassou-se um tempo, em que a IFLA (2016) estabeleceu-se como norteadora do ato da preeminência de se adaptar ao contexto educativo em que a escola e a biblioteca se encontram inseridas. Dessa forma, ocorreu a publicação do Manifesto da IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar, o qual reestabeleceu algumas atualizações, entre elas, da missão da biblioteca escolar, declarando que

a biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO. O pessoal da biblioteca apoia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou electrónicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino. Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literária, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade,

raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos. O acesso aos serviços e coleções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais (IFLA, 2016, p. 69)

Sendo seu papel e missão intimamente atrelado à escola, é a biblioteca escolar que faz a ponte entre conhecimento de mundo e a comunidade em que está inserida, possibilitando aos membros da comunidade escolar tornar-se cidadãos críticos e usuários de informação, argumenta-se que não se concebe efetividade do processo de ensino-aprendizagem sem uma biblioteca em que ofereça serviços de informação. É um espaço de consumo cultural, que proporciona o crescimento integral, e aptidões para viver em um mundo onde a informação e o conhecimento são indispensáveis. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011)

Côrte e Bandeira (2011) destacam que a biblioteca escolar serve de porta de entrada para novas experiências de leitura e que não se deve jamais esquecer de que ela é um instrumento de apoio ao processo educacional. Ademais, Côrte (2011, p.3) afirma que a biblioteca escolar tem o papel de incentivar a leitura reflexiva, pois por meio dela os alunos terão outra concepção de mundo, repleta de significados ajudaram no ensino. Lourenço complementa que

ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. Começa a compreensão destas ideias, felizmente, a vigorar entre nós. Certas bibliotecas escolares se modernizam, e passam a funcionar de forma menos ineficiente. Outras ensaiam orientar os leitores, sugerir-lhes trabalhos, proporcionar-lhes melhores recursos de organização" (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 4).

Na visão de Campello (2012), pesquisas recentes relacionadas à educação mostram que bibliotecas escolares têm hoje um papel que vai muito além de um espaço de promoção de leitura, elas são, principalmente, espaços de aprendizagem. Paralelo a isso, Côrte (2011, p. 24) ressalta que a biblioteca escolar é mais que um recurso para serviços biblioteconômicos, já que seu uso se justifica como recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem. Haja vista que é indispensável compreender os aspectos que permeiam a biblioteca escolar como um recurso educacional e de grande valor pedagógico, entretanto Roca

(2012) defende que a biblioteca escolar é mais que um recurso facilitador de processos de ensino e aprendizagem, pois gera possibilidades contínuas de apoio para o desenvolvimento curricular, justificando sua existência, não como estrutura organizacional de serviços técnicos, mas como facilitador no desenvolvimento do projeto curricular da escola, não se tratando apenas de uma implementação estrutural, porém de um instrumento ativo no processo educacional.

A IFLA (2016) estabelece que a biblioteca escolar deverá desempenhar um espaço de aprendizagem multifuncional, que se reconheça como um centro de leitura, pesquisa e produção colaborativa. Esse funcionará dentro da escola como um centro de ensino e aprendizagem e fornecerá um programa educativo integrado aos conteúdos curriculares, contendo

- capacidades e atitudes baseadas em recursos, relacionadas com a pesquisa, acesso e avaliação de recursos numa variedade de formatos, incluindo pessoas e artefatos culturais como fontes. Essas capacidades também incluem o uso de ferramentas tecnológicas para procurar, aceder e avaliar essas fontes, e o desenvolvimento das literacias da leitura e digital;
- capacidades e atitudes de pensamento crítico, centradas no envolvimento com dados e informação através de processos de pesquisa e investigação, de pensamento de ordem superior e de análise crítica conducentes à criação de representações/ produtos que demonstrem conhecimento e compreensão profundos;
- capacidades e atitudes baseadas em pesquisa, investigação e produção de conhecimento dirigidos à criação, construção e uso partilhado de produtos que demonstrem profundo saber e compreensão;
- capacidades e atitudes relacionadas com a leitura e literacia, o prazer da leitura, leitura para aprender através de múltiplas plataformas, bem como a transformação, comunicação e disseminação de texto em múltiplas formas e modos, que permitam o desenvolvimento de significado e compreensão;
- capacidades e atitudes pessoais e interpessoais relacionadas com: a participação social e cultural em processos de investigação baseada em recursos; aprender sobre si mesmo e os outros enquanto pesquisadores, utilizadores de informação, criadores de conhecimento e cidadãos responsáveis;
- capacidades e atitudes relacionadas com a gestão da própria aprendizagem que permitam aos alunos preparar-se, planear e realizar uma unidade curricular com base em investigação. (IFLA, 2016, p. 21)

A IFLA (2016) também estabelece parâmetros sobre os serviços que a biblioteca escolar deverá oferecer para melhor atender a comunidade em que estiver inserida, descrevendo que tais serviços poderão ser prestados dentro ou a partir das instalações da biblioteca

- Formação profissional para o corpo docente (por exemplo, sobre leitura e literacia, tecnologia, processos de investigação e pesquisa).

- Um programa estimulante de literatura/ leitura tendo em vista o sucesso educativo, o prazer e enriquecimento pessoal.
- Aprendizagem baseada em investigação e desenvolvimento da literacia da informação.
- Colaboração com outras bibliotecas (públicas, governamentais, de recursos comunitários). (IFLA, 2016, p. 22-23)

Não cabe a esta pesquisa instigar quanto à veracidade do proposto, mas relatar que houve uma mudança de atitude quando a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, dispôs sobre a universalização das bibliotecas escolares. Publicado em 2018, dois anos após a publicação do manifesto da IFLA (2016), o projeto de Lei nº 9.484 propõe a modificação da definição de biblioteca escolar, redefinindo-a como equipamento cultural obrigatório e necessário no processo educativo, estabelecendo como objetivos:

I – disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; II - promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita; III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino aprendizagem; 2 IV - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (BRASIL, 2018).

Criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), estabeleceram-se as seguintes funções:

- I - Incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país;
- II - Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais de ensino nas bibliotecas escolares, tomando-se por base o número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e às especificidades da realidade local;
- IV - Implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento;
- V - Desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares;
- VI - Integrar todas as bibliotecas escolares do país na rede mundial de computadores, mantendo atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino;
- VII - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino;

VIII - Favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas;

IX - Firmar convênios com entidades culturais, visando à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas;

X - Estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, atendo-se ao princípio da acessibilidade, a fim de que as mesmas se constituam em espaços inclusivos (BRASIL, 2018).

Embora o contexto no discurso proposto para a biblioteca escolar seja de um recurso a favor da educação na prática, em algumas circunstâncias, ele não tem sido contemplado. Silva (2012) argumenta que, no Brasil, a efetividade discursiva de espaço atuante baseada em um efetivo planejamento e gerenciamento na promoção de organização, disseminação e acesso à informação tem-se apresentado distante da realidade factual, tendo como primeiro problema sua própria existência, tornando “complicado assim reconhecê-la como um recurso efetivo de ação informacional, educacional, social e cultural” (SILVA, 2012, p. 50).

Apesar de o número de bibliotecas dos estabelecimentos de ensino estarem sendo ampliadas, muitas se restringem em guardar e conservar livros (CASTRO, 2003, p. 66). Silva corrobora dizendo que “apenas casos isolados de escolas particulares ou projetos de escolas públicas mostram as potencialidades da biblioteca escolar” (SILVA, 2012, p. 50), induzindo à compreensão de que ela tem suas melhores funcionalidades em ambientes destinados à economia e à sociedade favorecidos, e apesar de ações que desconstruam este conceito serem realizadas, o despreparo conceitual levou ao desmerecimento do potencial educativo da biblioteca, tornando-a um mero espaço de armazenamento de livros “vigiado por um professor em fase de aposentadoria ou auxiliar administrativo sem nenhum conhecimento de biblioteconomia” (SOUZA; LINDOSO, 2016).

A IFLA (2016, p. 23) argumenta que o valor da biblioteca escolar não está apenas nos materiais de suas coleções, “mas também nos serviços prestados através de um forte programa de biblioteca escolar e de um bibliotecário escolar qualificado”. Nessa perspectiva, torna-se importante a discussão sobre a importância do bibliotecário na escola, suas funções e qual o preparo que este profissional necessitará para atender às necessidades da comunidade escolar em todas as concepções até aqui apresentadas.

## 2.2 Atuação Profissional

Do latim *bibliothecarius*, o termo bibliotecário é destinado aos profissionais formados em biblioteconomia. Conhecidos como profissionais da informação, sendo conhecido, durante determinado tempo, como facilitador de informação para aqueles que procuravam em uma biblioteca sanar sua necessidade informacional (MILANESI, 2002). Todavia, após alguns acontecimentos, ocasionaram significativas mudanças neste conceito.

Nesta perspectiva, pode-se discutir brevemente sobre contextos históricos da biblioteca escolar e da biblioteconomia, para melhor compreender as concepções que envolvem o bibliotecário. Considerado um dos principais teóricos da biblioteconomia, Gabriel Naude (1600-1653) apresentou indícios de que estabeleceu o progresso para área, tratando sobre a organização do conhecimento e estimulando a ideia das bibliotecas como espaços públicos e universais, mas apenas em 1839 que o termo Biblioteconomia foi usado pela primeira vez na obra publicada pelo livreiro e bibliógrafo *Léopold-Auguste-Constantin Hesse e intitulada Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*. Dessa forma, apenas a partir do século XIX que de fato as técnicas e as práticas dos bibliotecários começaram a ser sistematizadas (ORTEGA, 2004).

Outra figura importante a destacar é Ranganathan (1892-1972), considerado como o pai da biblioteconomia e maior bibliotecário do século XX, suas contribuições são inestimáveis, uma vez que elas se baseiam em cinco categorias fundamentais, personalidade, matéria, energia, espaço e tempo (PMEST). Criou-se o primeiro esquema de classificação facetado do mundo, o qual permite várias aplicações para sistematizar e recuperar a informação, seja em ambiente automatizado ou não. Santos e Rodrigues (2013) confirmam ao descreverem que esse sistema estabeleceu tais critérios para serem aplicarem na organização do conhecimento, bem como na sistematização e na recuperação da informação, cujo corpo teórico prevalece até os dias de hoje.

Sua contribuição também foi quanto ao estabelecimento das cinco leis da biblioteconomia, sendo elas: 1ª lei: os livros são para serem usados; 2ª lei: para cada leitor, seu livro; 3ª lei: cada livro para seu leitor; 4ª lei: poupe o tempo do leitor, com o corolário: poupe o tempo dos profissionais; 5ª lei: a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009).

Para Santos e Rodrigues (2013), as leis da biblioteconomia constituem-se em princípios aplicáveis até hoje pelas bibliotecas, e orientam todas as práticas bibliotecárias, pois são suficientemente flexíveis para reconhecer os conceitos modernos de disponibilidade, acessibilidade e exposição dos recursos de informação.

Possivelmente Gabriel Naude (1600-1653) e Ranganathan (1892-1972) não imaginavam que suas contribuições ultrapassariam as barreiras do tempo e que seus ensinamentos seriam utilizados como alicerce teórico e prático por toda a existência de uma profissão. Entende-se que, mesmo sendo de décadas diferentes, ambos apresentaram teorias revolucionárias para sua época, mas criadas com o intuito de direcionar as práticas do bibliotecário.

No Brasil, embora a formação acadêmica em Biblioteconomia tenha ocorrido no início do século XX, o reconhecimento legal da profissão deu-se apenas em junho de 1962 com a aprovação da Lei 4.084, destacando que o exercício da profissão em quaisquer um dos ramos é permitido apenas aos Bacharéis em Biblioteconomia, estabelecendo, assim, uma formação ao profissional da informação que atuará nas bibliotecas.

Contudo, em 25 de junho de 1998, com a Lei nº 9.674 novamente é endossada esta profissão com titulação de bacharel. A referida Lei é disposta sobre o exercício da profissão do bibliotecário em todo território nacional, sendo privada aos bacharéis em biblioteconomia, todavia muitas bibliotecas continuassem a realizar suas atividades sem este profissional.

Perpassaram alguns anos e o Governo Federal, no ano de 2010, aprovou uma nova lei, a nº 12.244, como mencionado anteriormente, onde enfatizaram a respeito da profissão do bibliotecário, mas com um prazo de dez anos para se adaptarem. Conforme se lê no

Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e patrimonial, foi criado pela Lei n. 4.084, de 30/6/1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Dentre suas atribuições, estão a expedição de resoluções que se tornem necessárias à fiel interpretação e execução da supracitada lei, a proposição ao Governo Federal de modificações para melhorar a regulamentação do exercício do profissional bibliotecário e a deliberação sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário. (FARIAS; BRITTO, 2019, p. 828)

O Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou, em 2020, uma resolução reforçando a presença dos bibliotecários nas escolas com devido registro no Conselho Federal de Biblioteconomia (BRASIL, 2020). Nesse sentido, ao exercer sua profissão, o bibliotecário terá a possibilidade de escolher qual caminho em que área ele poderá atuar. Se sua escolha for trabalhar em biblioteca, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) classifica que existem bibliotecas: públicas, públicas temáticas, comunitárias, pontos de leitura, a nacional, Escolares, Universitárias especializadas e as que são Centros de Referência.

Todavia, o status do bibliotecário não cresce proporcionalmente à necessidade e ao valor da informação, ao contrário disso, a profissão tem sido cada vez mais desvalorizada. Para Gottschalg-Duque e Santos (2018), o estereótipo que a sociedade criou deste profissional “sendo retratado como uma pessoa introspectiva, taciturna, extremamente metódica e bibliófila” (GOTTSCHALG-DUQUE; SANTOS, 2018, p.86). Acrescenta Caldin (2005, p. 3) que outro ponto a considerar é a formação técnica das Academias de biblioteconomia, o autor indaga a respeito, afirmando que “a explosão bibliográfica se transformou em um técnico sem erudição. Esse foi o erro da academia” (CALDIN, 2005, p. 3). Haja vista que, nos cursos de biblioteconomia, os currículos apresentam grande parte de suas disciplinas tecnicistas em detrimento das humanas e sociais, conduzindo o bibliotecário “por si só, buscar o que perdeu” (CALDIN, 2005, p. 3).

No que se refere à formação dos bibliotecários que irão atuar nas escolas, Garcez e Cunha (2011) declaram que a academia deveria melhor preparar estes profissionais, pois muitos currículos apresentam-se voltados aos serviços técnicos. Naude (1600-1653) e Ranganathan (1892-1972), já destacavam em seus estudos, orientações técnicas, mas também sociais.

Assim, o bibliotecário deve então se conscientizar de sua missão, que para Pires (2012) é de agente transformador social, tendo contribuições para a melhoria do oferecimento de produtos e de serviços informacionais. Entretanto, é preciso saber se os profissionais da informação estão sendo preparados para uma atuação social.

Na perspectiva de Smit e Barreto (2002), eles argumentam que se ancora numa tradição biblioteconômica a tendência de se justificar mais pelas técnicas empregadas do que pelas práticas sociais e que os profissionais desta área convivem com tarefas e técnicas tradicionais, mas precisam atravessar para uma outra realidade, aprendendo a conviver com o novo e o inusitado, buscando constante renovação.

Possuindo enorme responsabilidade, caberá ao bibliotecário o resultado das ações efetuadas dentro da biblioteca. Na perspectiva do bibliotecário escolar, cabe a ele, transformar a biblioteca em um mecanismo real para a formação da consciência crítica da comunidade escolar (CALDIN, 2005).

É possível constatar que os bibliotecários aprendem técnicas e métodos cada vez mais sofisticados para sua função biblioteconômica. No entanto, com a informação cada vez mais de acessível, em consequência da tecnologia, ocasionou na redefinição da profissão, acrescentando novas atividades e exigindo novas competências, como é o caso do bibliotecário escolar. Martins e Kartinski (2018) argumentam que ele só estará exercendo efetivamente o seu papel, quando abrir mão do tecnicismo excessivo predominante da área e assumir conjuntamente com a comunidade escolar a (re)construção e a transformação da biblioteca escolar e de suas práticas.

Recorrendo a um aperfeiçoamento em seu papel pedagógico, o bibliotecário escolar, assume então uma faceta como educador, conciliando as qualidades de educador à especificidade de sua área disciplinar, pois mesmo desempenhando funções educativas, suas práticas são diferentes de um educador que desempenha seu papel em sala de aula. Sua atuação será integrada com a dos professores e demais educadores.

Corrêa *et al* (2002) fazem um comparativo entre as características de um educador e de um bibliotecário, apresentando indícios da veracidade do bibliotecário escolar ser chamado de educador.

1. Conhecimento e atendimento às necessidades individuais dos alunos no processo Ensino-aprendizagem, bem como de seus interesses de leitura;
2. Atualização a respeito de novidades, métodos e materiais educativos;
3. Exercício do papel de mediador entre a informação/conhecimento e seu usuário, possuindo para tal competência teórica e aptidões profissionais advindas de formação específica para cada caso;
4. Motivação e estímulo à pesquisa, despertando no aluno o gosto pela leitura (CORRÊA *et al.*, 2002, p. 7)

Por outro lado, Caldin (2005) orienta quanto ao sentido de educação a considerar pelo bibliotecário escolar, não se inteirando apenas em um único viés, mas em seu amplo contexto, para a formação de hábitos e atitudes, para assim, não se tornar um “mero técnico-administrativo a serviço da escola” (2005, p. 1).

Quando abordado sobre a participação do bibliotecário escolar, as discussões podem ser calorosas e amplas, pois há possíveis caminhos a percorrer, tendo em vista que há o bibliotecário que mesmo com boas intenções de participação, a equipe pedagógica da escola não dá abertura para sua participação no processo educativo, talvez por não compreender que suas contribuições são diversas. Há, também, aquele que por escolha, não se inclui no processo educativo e a razão disso é a de que ele não participa diretamente do processo pedagógico; do planejamento escolar; há a ausência de comunicação com o corpo docente; falta de conhecimento quanto ao conteúdo desenvolvido em sala de aula; restringe-se ao atendimento conforme solicitação do aluno; não organiza oficinas, com o objetivo de ensinar como elaborar trabalho escolar; fazendo a pesquisa para o aluno para poupar tempo. (BEZERRA, 2008).

Sousa e Lindoso (2016) argumentam que cabe ao bibliotecário escolar fazer parte da vida da escola, cativando a comunidade a fim de conquistar seu espaço. Côrrea *et al.* (2002, p. 5) acrescentam que além de participar da vida da escola e de seus usuários, é necessário estar presente no desenvolvimento do programa educativo do professor e de todos os acontecimentos que circulam o ambiente escolar.

Campello (2009) aconselha o bibliotecário a participar efetivamente das atividades escolares, sendo elas, as reuniões pedagógicas, do planejamento de projetos e até mesmo do processo de elaboração curricular e, conseqüentemente, das atividades que com toda a comunidade escolar, reforçam assim o entrosamento entre biblioteca e escola e buscam sempre alcançar o objetivo, do êxito em tornar a biblioteca um recurso de aprendizagem. Para isso, Campello (2010) destaca que a interação e a cooperação entre bibliotecários, professores e pedagogos e toda a equipe da escola torna-se imprescindível para que esse profissional seja reconhecido como protagonista, exercendo sua função educativa que se estenderá ao desenvolvimento de habilidades que tange o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013) argumentam que em certas situações os bibliotecários têm poucas oportunidades de criar, pois o profissional ao ser contratado, recebe a incumbência de administrar uma biblioteca já construída, ficando em sua responsabilidade, apenas manter a atual estrutura; entretanto, em muitos casos, é necessário reestruturar e reinventar a biblioteca, pois as estruturas tradicionais sufocam a inovação e a criatividade.

Percebe-se que tornar-se parte da equipe pedagógica é um dos grandes desafios do bibliotecário escolar, pois muitas vezes ele não está preparado para esta realidade nem possui o conhecimento necessário para entender as questões que envolvem o contexto escolar. Nesse sentido Caldin (2005, p.3) afirma que o bibliotecário não desenvolve todas as aptidões necessárias na academia para atuar na biblioteca escolar. Para Campello (2002), os bibliotecários são constantemente “acusados de possuir formação deficiente para orientar os alunos, tendendo a “se fechar nos seus domínios”.

A explosão bibliográfica transformou-se em um técnico sem erudição. Esse foi o erro da Academia, colocando no currículo dos cursos de Biblioteconomia uma maciça dose de disciplinas técnicas em detrimento das humanas e sociais. Então o bibliotecário por si só, deve buscar o que perdeu. (CALDIN, 2005, p.3)

O meio social de hoje é bastante diverso e dinâmico e nesse sentido, o ensino precisa adequar-se constantemente à realidade. As instituições e os indivíduos não são estáticos, interagindo com o meio, as possibilidades de inovações e os ajustes de demandas serão potencializadas. É por meio do currículo que se possibilita projetar as demandas futuras, melhorar o preparando dos estudantes e dos futuros profissionais (GARCEZ; CUNHA, 2011). Mesmo com esta ruptura acadêmica, muitos deles buscam outras estratégias para uma melhor atuação, especializando-se, para melhor atender as demandas que surgem no cotidiano. A constante busca para seu aperfeiçoamento profissional, ajuda o bibliotecário escolar no desenvolvimento de suas competências.

Para Lanzi; Vidotti, Ferneda (2013, p. 78), de acordo com as novas demandas informacionais, “a pressão de fatores econômicos, tecnológicos e sociais, os profissionais na informação têm sido levados a se adaptar a uma nova realidade”. Os autores, ainda, argumentam que a mudança em sua imagem se tornou fundamental, para manter o relacionamento com o público, falando sua linguagem e compartilhando seus interesses.

Não cabe a esta pesquisa entrar no assunto remuneração, mas é importante destacar que tantas responsabilidades nem sempre são reconhecidas financeiramente, assim como os demais profissionais que atuam na educação, o bibliotecário escolar vive neste cenário

Dentro do mercado há nichos diferenciados. Na Biblioteconomia, por exemplo, os profissionais que atuam em bibliotecas escolares recebem um baixo salário, pois acompanham o salário da categoria majoritária dos espaços onde estão inseridas essas bibliotecas. No caso, as bibliotecas estão inseridas na escola e a categoria majoritária é a dos professores. Como estes possuem um baixo salário, os trabalhos de todas as outras categorias que atuam nas escolas terão um salário compatível com o deles. (ALMEIDA JÚNIOR, 2017)

Distante dos implícitos para esta discussão ou da ausência do bibliotecário na escola, argumenta-se quanto ao desenvolvimento de competências necessárias para atender à comunidade escolar na contemporaneidade. A tecnologia e a mudança na forma de ensino resultaram na necessidade de significativas mudanças das práticas biblioteconômicas que envolvem o bibliotecário escolar. Atuar como antes, não é mais garantia de resultados efetivos, nunca houve tanta discussão quando as funções sociais que envolvem este profissional da informação. Neste sentido, a relevância de estudos sobre suas responsabilidades e como deve ser o perfil do bibliotecário escolar se tornou imprescindível para a melhora na prática do cotidiano.

Pode-se argumentar que uma das principais responsabilidades do bibliotecário escolar seja a mobilização da biblioteca escolar, para isso seu perfil

precisa ser dinâmico, aberto ao novo, criativo, capaz de promover situações diversas que favoreçam o desenvolvimento informacional dos educandos, estruturar o ambiente, de modo que se torne agradável, atrativo e lúdico e os usuários sintam-se inseridos nele. (LANZI; VIDOTTI, FERNEDA, 2013, p.74)

Côrte e Bandeira (2011) argumentam que o profissionais que trabalham em biblioteca escolar devem possuir formação em biblioteconomia, ser investigador, possuir atitudes gerenciais proativas, ter espírito crítico, bom senso, relacionamento interpessoal, ser participativo, flexível, criativo e um leitor crítico, ter interação e facilitar a comunicação com a comunidade escolar, dominar a tecnologia, estar atualizada em sua área de formação, ter a consciência que suas ações serão para sanar as necessidades informacionais existentes, reconhecer sua profissão como importante e necessária para a sociedade, além de ter a consciência que é um agente de transformação social.

Para Castro Filho (2016) as características desejadas ao bibliotecário escolar são frequentemente descritas como: ser criativo, dinâmico, ter interesse quanto à organização e à disseminação da informação, à capacitação para atender as demandas e o conhecimento sobre a realidade da escola. Acrescenta Campello (2003) que muitos estudos argumentam quanto às habilidades de um bibliotecário

escolar, sendo elas, cognitivas, uma vez que precisam solucionar problemas, ensinar o aprender independente, do pensamento crítico, o aprender a aprender, e a habilidade do pensamento lógico.

Na perspectiva da IFLA (2016), a biblioteca escolar tem a função de fornecer o acesso físico e intelectual, bem como a informação e as ideias. No que tange a funcionalidade, dependera principalmente dos recursos humanos disponíveis, a fim de responder às necessidades informacionais, de ensino e aprendizagem da comunidade escolar, uma vez que ela é um recurso facilitador, haja vista que a equipe deverá ser preparada, no mesmo nível que os professores em sala de aula.

Uma vez que se espera que o bibliotecário escolar assuma um papel de liderança na escola, ele deve ter o mesmo nível de educação e preparação dos outros líderes da escola, tais como os administradores escolares e especialistas em aprendizagem. Os aspectos operacionais da biblioteca escolar devem ser da competência de pessoal de apoio administrativo e técnico com formação, a fim de garantir que o bibliotecário escolar tem o tempo necessário para desempenhar os seus papéis de ensino, gestão, colaboração e liderança. (IFLA, 2016, p. 30)

Haja vista a responsabilidade do espaço de aprendizagem físico e digital da escola em que a leitura, a pesquisa, a investigação, o pensamento, a imaginação e a criatividade são fundamentais para o ensino e a aprendizagem, recomenda que um bibliotecário escolar tenha a competência profissional exigida para as funções complexas de ensino, leitura e desenvolvimento da literacia, gestão da biblioteca, colaboração com os docentes e o envolvimento da comunidade educativa. (IFLA, 2016, p. 31)

Kimmel, Dickinson e Doll (2012) se fundamentam na *Standards for the 21st Century Learner* (AASL), argumentando que em 1945 as bibliotecas escolares do pós-guerra já identificaram como importantes características a serem desenvolvidas pelo bibliotecário: traços de proatividade, aparência agradável, relacionamento interpessoal e autocontrole. Em 1960, a potencialização deveria ser na competência, na eficácia e na criatividade, ser apto a relações humanas e trabalho cooperativo. Em 1969, a ênfase estava mais nas qualidades de liderança, nas relações públicas e na administração. No ano de 1975, os padrões se concentravam em programas de mídia e qualificação dos profissionais que atuavam nas bibliotecas, para o desenvolvimento da disposição em solucionar problemas, eficiência pessoal e relacionamento interpessoal.

Neste sentido, Kimmel, Dickinson e Doll (2012) realizaram uma pesquisa, baseada nos estudos de Wright e Davie (1999), em que são fundamentados na AASL e na ALA identificaram quatro áreas principais, apontadas como preocupações, na perspectiva dos serviços oferecidos pelo bibliotecário, para as próximas décadas, sendo elas: 1- Conhecimento, habilidades e disposições; 2- Ensino e aprendizagem; 3-Espaços e instalações; 4- Recursos e coleções.

Realizada com bibliotecários escolares, a pesquisa teve por objetivo, estabelecer as disposições do bibliotecário do século XXI, fundamentadas nas quatro áreas descritas acima. A palavra – disposições - foi utilizada, pois segundo as autoras (2012) ela é empregada como tendência para mostrar com frequência um padrão de comportamento consciente.

A análise resultou em sete categorias, que foram definidas após estudos para que se tenham estabelecidos como resultado da pesquisa realizada. Tais termos foram propostos com o propósito de fornecerem uma nova perspectiva para o bibliotecário escolar do século XXI.

**Imagem 2 – Disposições do Bibliotecário escolar do Século XXI**



Fonte: [https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1075&context=stemp\\_fac\\_pubs](https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1075&context=stemp_fac_pubs)

Logo os termos podem ser compreendidos como: capacidade para *Advocacy*, saber convencer, argumentar, reivindicar, aberto ao novo, colaborativo, flexível, exemplo de ética, crescimento profissional, envolvimento com a comunidade. (KIMMEL; DICKINSON; DOLL, 2012)

A ACRL aprovou, em 2017, um documento descrevendo as proficiências de um bibliotecário. Elaborado por um grupo que analisou anúncios de empregos. A pesquisa propiciou a identificação das competências específicas exigidas dos bibliotecários, chamados de bibliotecários educadores, sendo descritas como,

Conhecimento disciplinar e integração curricular promovendo consistência com a instituição maior; Conhecimento sobre a criação de módulos online e ferramentas apropriadas; Gama de habilidades de ensino, incluindo uma

variedade de formatos e métodos; Conhecimento de resultados, avaliação e comunicação acadêmica; Colaboração com professores; Capacidade de trabalhar com outros bibliotecários como instrutores de ensino e aprendizagem em conjunto com uma necessidade crescente de bibliotecários de ligação para ensinar; uma compreensão das pedagogias disciplinares exclusivas. (ACRL, 2017, *tradução nossa*)

Por meio desse estudo, bem como o diálogo, troca de experiências e contextos institucionais entre os membros que elaboraram a pesquisa, foram desenvolvidos os sete papéis que formam a estrutura para as funções e descrevem a natureza interconectada e flexível para o bibliotecário educador: *Advocate*, coordenador, designer instrucional, aluno ao longo da vida, líder, professor e parceiro de ensino. (ACRL, 2017)

**Imagem 3** - Funções indicando sua natureza interconectada e flexível para o bibliotecário educador



**Fonte:** ACRL. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/teachinglibrarians> Acessado em 2017.

ACRL (2017) destaca que o propósito da descrição das funções é destacar a ampla natureza e a variedade do trabalho que os bibliotecários de ensino realizam, bem como dar ênfase ao crescimento dos que desenvolvem algumas destas sete funções, instigando-os a novas experiências de trabalho, sugerindo diferentes áreas de atuação para o aperfeiçoamento profissional. Dessa forma, o documento é propositalmente amplo e abrangente. Sua estrutura não tem como foco formatar

características em que todos os bibliotecários deverão seguir, mas especificar, pois, é sabido que muitos podem se identificar mais fortemente com certas funções em relação a outras, com base em suas posições, contextos institucionais e outros fatores.

Sendo o único agente especialista em sua função, sua responsabilidade segundo Roca (2012) é de facilitador de aprendizagens, desenvolvendo no educando competências para a aprendizagem autônoma. Para tanto, é primordial que o bibliotecário escolar tenha competência para conseguir alcançar tal objetivo, Castro Filho (2016) identifica que com a evolução global da sociedade, exige-se cada dia mais, deste profissional, diversificada competência e “não basta que ele tenha uma formação acadêmica, pois isso não é garantia para que ele seja considerado competente” (FARIAS; VITORINO, 2009).

Nesse sentido, é inevitável indagar sobre qual seria a competência necessária para o bibliotecário escolar, pois ao desenvolver, tornou-se imprescindível para sua sobrevivência quanto ao profissional.

Em 1987, Stumpf e Oliveira argumentavam que para ser considerado competência, o bibliotecário escolar precisava apresentar aptidões, educativas, culturais, sociais e recreativas educativas. As significativas mudanças na sociedade, exigiram deste profissional outras características para ser considerado competência.

Castro Filho (2016) destaca algumas: as competências específicas, que determinam um alto grau de conhecimento, quanto aos serviços biblioteconômicos, as competências intelectuais, que estão relacionadas à gestão da informação e às tomadas de decisões, as competências sociais e políticas, que envolvem o conhecimento sobre a comunidade em que está inserido e as competências metodológicas, que fornecem suporte na utilização de fluxos de informação, como também na elaboração de políticas, normas e procedimentos.

Dudziak (2013) enfatiza que países centrais como os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, estudos e atividades voltados ao desenvolvimento da temática, está bem avançado, enquanto na América Latina a oferta desses serviços ainda é incipiente. Assim, existe “a necessidade de produzir conteúdo voltados ao atendimento das necessidades locais e nacionais” (DUDZIAK, 2013).

Durante a última década, a UNESCO e a IFLA têm se envolvido ativamente na promoção desses temas como requisitos fundamentais para a construção de uma

sociedade inclusiva e equitativa para servir de base em âmbito mundial, inclusive para o Brasil.

Neste sentido, a IFLA / UNESCO (2016), como já mencionado, publica o Manifesto das Bibliotecas Escolares, descrevendo as competências necessárias que o bibliotecário escolar deverá possuir para melhora em sua atuação:

Ensino e aprendizagem, currículo, ensino: planificação e execução; Gestão do programa - planeamento, desenvolvimento/ design, implementação, avaliação/ melhoria; Desenvolvimento de coleção, arrumação, organização, recuperação; Processos de informação e comportamentos - literacia, literacia da informação, literacias digitais; Motivação para a leitura; Conhecimento de literatura para crianças e jovens; Conhecimento das deficiências que afetam a leitura; Competências de comunicação e colaboração; Competências digitais e mediáticas; Ética e responsabilidade social; Serviço para o bem público - prestação de contas ao público/ sociedade; Compromisso com a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento profissional contínuo; Familiarização com a área da biblioteconomia escolar e com a sua história e valores. (IFLA, 2016)

Sabido que atual como agente transformador ou multiplicador de boas práticas associadas à informação e ao aprendizado, Dudziak (2013) identificou as competências profissionais do bibliotecário escolar, que busca como primordial

A) Tem como prioridades o relacionamento pessoal e a liderança na implementação da mudança. B) Fornece liderança colaborativa no programa de planeamento e de ensino para garantir tanto o acesso físico como intelectual à informação. Incentiva as atividades de leitura e frequência à biblioteca. C) Tem conhecimento das diretrizes curriculares e recomendações educacionais relativas às áreas de conhecimento nas quais atua. D) Procura compreender as necessidades dos alunos e promove sua inserção social, emocional, intelectual e a satisfação de suas necessidades. E) Tem conhecimentos técnicos para avaliar recursos de aprendizagem em diferentes formatos e mídias, tanto em cursos presenciais quanto a distância, a fim de apoiar os programas educacionais. F) Desenvolve e promove a utilização eficaz dos recursos informacionais em todos os formatos e mídias. G) Utiliza tecnologia de informação apropriada para adquirir, organizar e disseminar informações. H) Planeja e gerencia programas, serviços e pessoal para apoiar os objetivos educacionais da instituição. I) Avalia programas e serviços. (DUDZIAK, 2013)

#### E como competências pessoais

J) Está empenhado (a) em ser excelente. K) Procura novos desafios e oportunidades, tanto dentro como fora da biblioteca. L) Procura visualizar o panorama. M) Busca parceiros e forma alianças. N) Cria um ambiente de respeito mútuo e confiança. O) Possui uma efetiva capacidade de comunicação. P) Trabalha bem com outras pessoas em uma equipe. Q) Fornece liderança. R) É flexível e positivo em tempos de mudança. (DUDZIAK, 2013)

Nessa perspectiva, estudos sobre a competência em informação vem para fortalecer o repensar sobre suas atribuições e habilidades para incorporar a atualização constante, instigando o desejo contínuo em aprender, corroborando na construção dos processos para apropriar-se dessa teoria e, assim, melhorar suas práticas. Campello (2003) afirma que o bibliotecário é a figura central no discurso da competência em informação. Sua função de liderança e catalisador de mudanças na escola constitui fatores que integraram no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, a autora alerta quanto às constantes mutações que ocorrem na sociedade, resultando na exigência de novas habilidades para sua sobrevivência profissional. Vitorino e Piantola (2019) enfatizam que para o bibliotecário ter a competência em informação é necessário o desenvolvimento de quatro dimensões: técnica, estética, ética e política. Farias e Cunha (2009, p.32) evidenciam que o bibliotecário, em toda sua prática, é possível encontrar as dimensões, técnicas, políticas, estéticas e éticas, como já mencionado no capítulo anterior.

Tratar do desenvolvimento da competência em informação do bibliotecário escolar, é reconhecer que a formação contínua é imprescindível e que as experiências adquiridas são componentes para melhoria de suas práticas, o pensar no coletivo, é saber respeitar a diversidade humana, é saber lidar com a tecnologia e as demandas que surgirem, é uma metamorfose profissional, pois o ressignificado resultará no desenvolver da competência em informação. Sobretudo o escopo teórico desta perspectiva será abordado de forma mais abrangente no próximo capítulo, onde será abordado especificamente de pesquisas acerca da ciência da informação, nesta perspectiva torna-se imprescindível estudos sobre esta temática.

### 3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Empregado em algumas áreas do conhecimento, a competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar algo. Fleury e Fleury (2001) destacam que foi o autor McClelland (1973) que, de certa forma, iniciou o debate sobre competência entre os psicólogos e os administradores nos Estados Unidos. Para Zabala e Arnau (2010), no âmbito empresarial, o termo surgiu no início da década de 1970, com o intuito de designar a característica de uma pessoa capaz de realizar determinada tarefa de forma eficiente.

Na visão de Dias (2010), o conceito e a reflexão assumem um significado de destaque na investigação em educação e diz que o termo teria surgido pela primeira vez na língua francesa, no século XV, vindo do latim *competentia* e significa “proporção”, “justa relação”, aptidão, idoneidade, faculdade que a pessoa tem para apreciar ou resolver um assunto.

Zabala e Arnau (2010) fundamentam que, no âmbito da educação escolar, a competência identifica o que a pessoa necessita para responder a problemas que enfrentará ao longo da vida, consistindo na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida, mediante ações mobilizadas.

De acordo com Perrenoud (1997), o autor alerta sobre a inexistência de uma definição clara sobre competência, pois a palavra tem múltiplos significados e vários usos, por diferentes campos de estudo, impossibilitando sua reivindicação de definição em um único campo de estudo. Entende-se assim que seu conceito está em construção, não obtendo uma única definição, pois possui uma flexibilidade conceitual sendo possível sua reestruturação pela área de estudo em que for empregado.

Rios (2010, p. 67) corrobora que sua definição possui pluralidade de significados e uso, descrevendo que o termo competência é capaz de ser aplicado para designar múltiplos conceitos: capacidade, saber, habilidade, conjunto de habilidades, especificidade e qualidade, apresentando assim várias significações que poderão ser empregadas em diferentes possibilidades que o termo enquadra-se.

Do ponto de vista de Zabala e Arnau (2010), o termo se estendeu de forma generalizada, resultando na dificuldade de encontrar uma proposta de desenvolvimento e formação profissional que não esteja estruturada em torno de competência. Apesar das várias discussões sobre conceito de competência, pode-se encontrar como senso comum seu conceito ligado à ação.

Na Ciência da Informação (CI) este termo vem acompanhado da palavra informação, que também possui pluralidade em seu cerne. Para Barreto (2008), o propósito da CI é o de conhecer e fazer acontecer o fenômeno da percepção da informação e com seu constante fluxo, gerar e transformar conhecimento, pois sua origem se destinada para a sociedade, cabendo assim ao profissional da informação sua constante transformação, resultando a este profissional desenvolver competência para que este processo seja constante e aconteça de forma a contemplar seu objetivo.

Belluzzo (2013) destaca

que a natureza do campo de estudo da Competência em Informação envolve conjuntos de ideias em relação ao conhecimento aplicado para interpretar e compreender situações ou fenômenos e se fundamenta, em especial, em teorias da ciência da informação. (BELLUZZO, 2013, p. 68)

Assim torna-se relevante a discussão sobre a competência em informação, desde sua gênese para melhor compreender seu conceito na CI na perspectiva do profissional da informação, sendo direcionado ao bibliotecário escolar. Nos estudos da CI, o termo emprega a tradução de *Information Literacy*, competência em informação e para o *corpus* teórico do termo Vitorino e Piantola (2019) utilizam como inspiração os estudos de Terezinha Azerêdo Rios (2010), pois “percebeu-se uma convergência quanto as dimensões da competência dos docentes proposta pela autora com as dimensões da competência em informação dos profissionais da informação” (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Inicialmente utilizado nos Estados Unidos por *Paul G. Zurkowsky*, no ano de 1974, a expressão *Information Literacy* rapidamente se disseminou por vários países. Em um contexto primário, sua introdução tinha por objetivo “caracterizar competências necessárias para o uso das fontes eletrônicas da informação” (CAMPELLO, 2009, p. 12), pois “Zurkowsky antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional”, uma vez que suas sugestões eram recomendadas a situações de trabalho, na solução de problemas (VITORINO; PIANTOLA 2019).

Em cada país em que o termo foi adotado, encontram-se especificidades diferentes em sua tradução. Fazzioni (2018) argumenta que cada expressão carrega seu distinto conceito. Gasque (2012) afirma que mesmo sendo possível reconhecer uma certa relação entre os conceitos das expressões, elas não podem ser consideradas sinônimas, pois cada uma representa sua distinção.

A distinção também é observada no termo em que cada país adotou. No francês ficou conhecido como, *Maîtrise de l'Information*, no espanhol, *alfabetización informacional*, abreviatura de ALFIN, e *alfabetización en información*, competência em informacional e habilidades informativas (DHI). Já em Portugal, o termo que predominou foi literacia informacional. No Brasil os autores adotaram termos como “competência em informação, competência informacional, alfabetização informacional (tradução literal de *Information Literacy*), alfabetização em informação, habilidade informacional e letramento informacional” (FAZZIONI, 2018, p. 199).

No Brasil identificam-se os primeiros estudos, por Sônia Caregnato, no ano 2000, que traduziu a expressão como alfabetização informacional, entretanto Campello (2003) identificava o termo em fase de construção.

Em um texto em que propunha a expansão do conceito de educação de usuários e ressaltava a necessidade [...] para oferecer novas possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital. A autora não se aprofundou na questão terminológica, acabando por preferir o termo habilidades informacionais. (CAMPELLO, 2003, p.28)

Diante de tais definições, Gasque (2012) conceitua a expressão defendendo que “letramento informacional tem como finalidade a adaptação e a socialização dos indivíduos na sociedade da aprendizagem”. Contudo, como já mencionado a expressão *Information literacy* foi usada inicialmente nos Estados Unidos para designar habilidades ligadas ao uso da informação eletrônica.

O trabalho de Zurkowsky propunha competências para o uso, as fontes eletrônicas da informação. Dudziak (2003) considera um conceito inclusivo capaz de englobar as diversas gamas de literacy que surgiram na última década. Nesta perspectiva, há muitos debates a respeito, “a própria expressão no inglês é muitas vezes contestada” (FAZZIONI, 2018, p.199). Realizando a tradução literal da expressão, *literacy*, encontra-se letramento ou alfabetização, associando à obtenção das habilidades básicas de ler e escrever, que para Fazzioni (2018) carregam limitações em sua ordem semântica.

Em 2004 no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado em Natal/RN, foi então proposta a expressão competência em informação (FAZZIONI, 2018). Corrêa e Castro Júnior (2018) acrescentam que a professora Elizabeth Adriana Dudziak, traduziu o termo “pacificando as discussões acerca da

tradução apropriada” (CORRÊA; CASTRO JÚNIOR. 2018, p. 38). Assim Dudziak associou a expressão à inclusão e às discussões além dos limites da tecnologia, Fazzioni (2018) acrescenta que é associada às habilidades no manejo de tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Competência em informação certamente contempla essa capacidade, mas não é só isso. Gomes e Dumont (2005) destacam que as raízes da competência em informação estão associadas às “modificações sociais advindas de forte reestruturação dos meios de produção, o que implicaria que noção de competência em informação encontra-se relacionada à indústria da informação”. [...] Estimulada certamente pela explosão da informação, por sua vez, provocada pelo surgimento e avanço do computador e internet. (FAZZIONI, 2018, p. 202)

O IBICT (2016) publicou um documento afirmando que “o surgimento e o desenvolvimento do tema [...] está diretamente relacionado com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs)”. Afirmação essa possível, pois na contemporaneidade a inclusão digital e a aprendizagem do uso das tecnologias pelo indivíduo acarretará ao acesso e ao uso da informação, resultando no desenvolvimento da competência em informação, assim Dudziak (2008) a define como a mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionadas ao processo construtivo de significado a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado.

A constante busca pela informação gerou no profissional da informação a necessidade de habilidades que possivelmente ainda não eram identificadas em suas práticas. Afirma Campello (2009, p. 13) que atuar nesta sociedade significa “conviver com abundância e diversidade da informação”.

Levando em consideração esses aspectos, a *Association of College & Research Association* em 1989 lançou um relatório em que alertou sobre a superabundância de informações disponíveis, destacando que as pessoas necessitariam de habilidades para obterem informações específicas com a finalidade de atender suas necessidades, que são em grande parte impulsionadas pelo desejo de crescimento e progresso pessoal ou pela rápida mudança dos ambientes sociais, políticos e econômicos da sociedade.

Em 2000, a *Association of College and Research Libraries* (ACRL), uma divisão da *American Library Association* (ALA), publicou um documento intitulado *Information Literacy Standards for Higher Education*, que definiu a competência em

informação como “[...] o conjunto de habilidades requeridas dos indivíduos para reconhecer quando é necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essa informação”. (CORRÊA, 2018, p. 38)

Anos após esta declaração, a ACRL publicou em 2016 um documento relatando sobre uma sociedade consumidora e criadora de informação e que apresenta resultados positivos em ambientes colaborativos e efetivos, a qual resulta na aprendizagem social, redefinindo a competência em informação como um conjunto de habilidades integradas que abrange a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como ela é produzida, gerando novos conhecimentos que envolvam uma participação ética na aprendizagem da comunidade.

Embora a ALA tenha discorrido sobre a temática com algumas características distintas, é possível identificar entre elas a relação efetiva entre a informação, o conhecimento e até mesmo o sujeito que está inserido na sociedade da informação, dando a entender que a relação efetiva torna o processo da reflexão da informação mais significativa.

Fazzioni (2018) corrobora com essa colocação, propondo que a CI pressupõe relação entre a informação e o conhecimento. Lévy (2009) destaca que a competência deve ser referida a uma escala de valores, com critérios a serem estabelecidos considerando a eficácia, o julgamento estético, a qualidade e a criatividade. Vitorino e Piantola (2019) cita os estudos de Miranda (2004) acerca das habilidades na qualificação do trabalhador e a importância do desenvolvimento de específica competência para lidar com a informação no contexto atual.

Para Belluzzo (2013), a competência em informação contempla três requisitos na sociedade: para a cidadania, para o crescimento econômico e para a empregabilidade. No requisito empregabilidade, o foco é na educação, na formação e no desenvolvimento contínuo de todos os conhecimentos. Nesse sentido, a figura do bibliotecário escolar pode ser empregada como um dos protagonistas.

Pode-se, assim, constatar a relevância do desenvolvimento do bibliotecário escolar, de não apenas direcionar sua competência em serviços tecnicistas, pois a relação efetiva entre informação, conhecimento e sociedade, propaga para este profissional, a incumbência de expandir suas habilidades, tornando primordial a busca pelo aprimoramento ou, ainda, a busca pela qualificação acadêmica para melhora de suas práticas e desenvolvimento da competência em informação.

Em contínuo aprendizado, estudos referentes ao desenvolvimento da competência em informação no bibliotecário escolar, resultaram em ações que proporcionaram o fomento da competência em informação na biblioteca escolar e, em consequência, na comunidade em que atua. Silva e Farias (2018) evidenciam que sua função de agente educacional, outorga na biblioteca escolar um espaço para o desenvolvimento da competência em informação.

Dudziak (2013) destaca que a competência em informação tornou-se nos últimos anos um tema relevante a ser discutida no âmbito educacional, entre eles na biblioteca escolar, sendo a cargo do bibliotecário escolar a promoção do valor da competência em informação, junto à comunidade acadêmica ou social, pois esta relacionado ao exercício pleno da cidadania, do aprender a aprender. Nesse sentido,

É essencial que o bibliotecário seja, ele mesmo, mais do que competente, proficiente em informação, preparado para utilizar distintas mídias e capacitado pedagogicamente, de forma a produzir material educacional interessante, motivador e de qualidade, atuando não só como profissional de referência, como também educador e articulista. O bibliotecário deve encontrar mecanismos para incorporar ao seu dia a dia a atividade essencial de manter-se bem informado. Também é prioritário que aprimore sempre sua capacidade de investigação a partir do exercício da pesquisa, da busca e uso da informação, sua capacidade de prospectar o futuro, a partir do acompanhamento de temas relevantes como tecnologia, ciência, economia e educação. (DUDZIAK, 2013)

Campello (2003) estabelece para este cenário, um breve histórico em que se pode identificar a introdução e a evolução da influência das práticas ligadas ao desenvolvimento da competência em informação.

**Imagem 4 -** Breve histórico do cenário da introdução da influência das práticas ligadas ao desenvolvimento da competência em informação



FONTE: Do Autor, baseado em, CAMPELLO, 2003

Campello (2003) destaca que na década de 1950 não se identificavam estudos de educação de usuários nas bibliotecas escolares americanas. Já em 1960 iniciam-se alguns estudos, entretanto com foco no desenvolvimento de coleções, pois a biblioteca era influenciada pelas teorias educacionais com foco apenas no professor. Foi apenas em 1970 que se recomendou a participação do bibliotecário no planejamento curricular, em consequência deste fenômeno, *Paul Zurkowsky* propõe o uso do termo *Information literacy* para que se repensasse algumas práticas relacionadas à profissão. Desde então novos estudos foram se fortalecendo, assim na década de 1980 a ALA estabelece diretrizes sobre a função pedagógica do bibliotecário.

Uma das funções do bibliotecário, a de professor, encarregado de ensinar não apenas as habilidades que vinha tradicionalmente ensinando (localizar ou recuperar a informação), mas inclusive envolver-se no desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver, enfim, ensinando o aprender. (VITORINO; PIANTOLA, 2019, p. 64)

Segundo Campello (2003), ocorreu um marco importante, na década de 1990, em que as teorias educacionais passaram a exigir novas práticas do bibliotecário, o modelo de estudo foi direcionado para o usuário como centro no processo de aprendizagem. Iniciou-se, assim, um intenso movimento tornando um conceito destaque não apenas nos Estados Unidos, mas em vários países, fomentando a implantação de programas, a realização de encontros profissionais e “o desenvolvimento de pesquisas que levaram a competência em informação a se constituir como um dos assuntos mais discutidos atualmente na área da biblioteconomia” (VITORINO; PIANTOLA, 2019, p. 65).

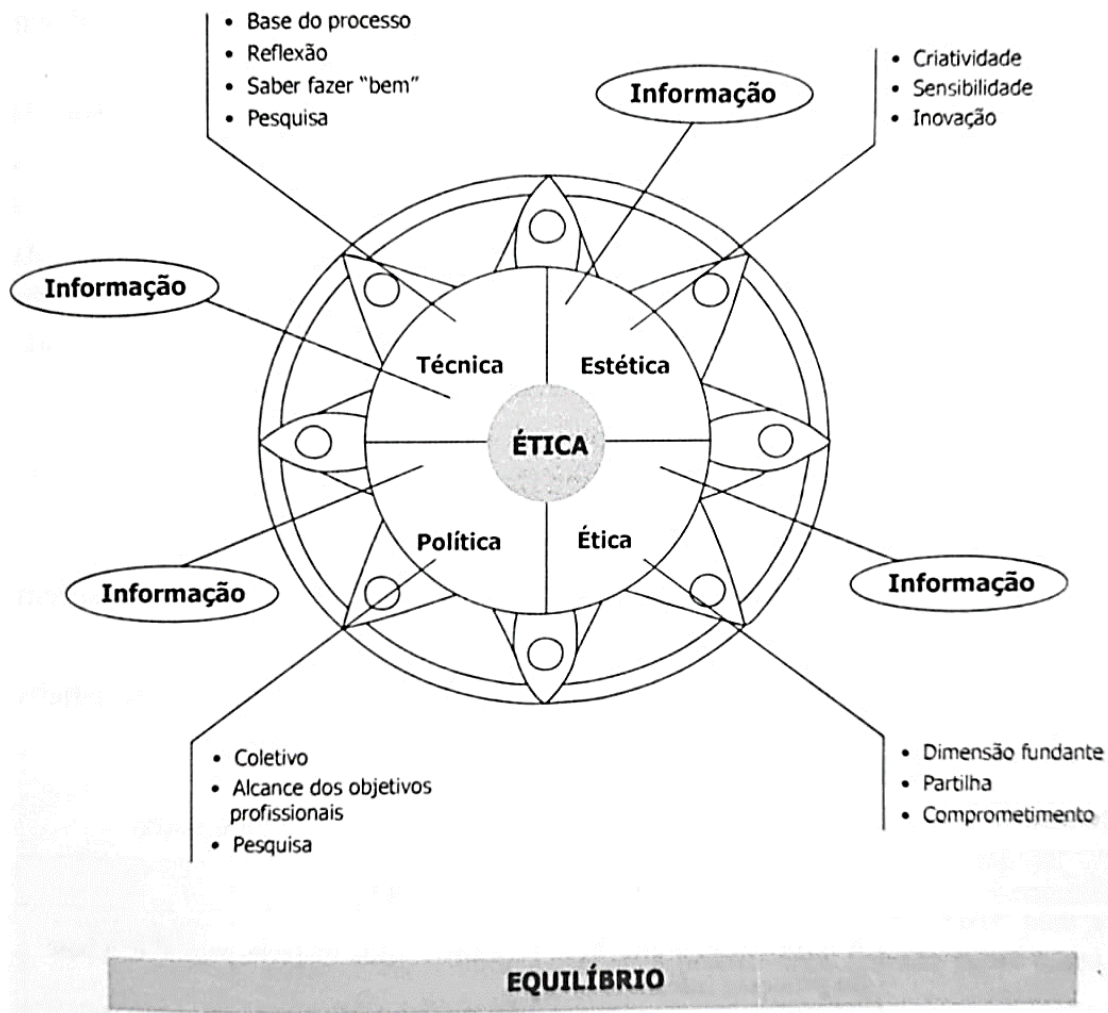
Este cenário propiciou ao bibliotecário escolar a percepção de que as práticas antes realizadas já não eram mais eficazes em sua atuação. “Por este motivo, a formação profissional precisa considerar os procedimentos da biblioteconomia, mas acrescentar outros elementos” (VITORINO, 2009, p. 53). Vitorino (2009) afirma que

a formação do profissional da informação incorpora deste modo, técnica, mas também estética (sensibilidade) e dimensões política e ética na sua constituição. Dito de outro modo, esses elementos constituintes configuram-se em dimensões da competência própria do profissional da informação, a competência em informação. (VITORINO, 2009, p.53)

De acordo com Vitorino (2020, p. 40) “as dimensões são baseadas em habilidades genéricas, habilidades de informação e valores e crenças, que serão afetadas de acordo com contextos específicos”. Nessa perspectiva, Rios (2006) e Belluzzo (2005) dialogam acerca da existência da dimensão coletiva na competência em informação, as quais se complementam mutuamente, sendo elas dimensões técnica, estética, política e ética.

Neste sentido, Vitorino e Piantola (2019) propõem um mandala de princípios para o desenvolvimento da competência em informação na perspectiva dos profissionais da informação no Brasil.

**Imagem 5** – A mandala de princípios para o desenvolvimento da competência em informação



Fonte: Vitorino e Piantola (2019)

Sob essa ótica, Vitorino (2009) argumenta que o desenvolvimento das dimensões citadas favorece tornando o profissional da informação completo,

competente em informação, no qual ele poderá exercer seu saber. Nesse sentido, torna-se importante a discussão desta perspectiva.

### **3.1 Dimensões da Competência em Informação**

A informação ganhou na contemporaneidade significativa importância e significados singulares, conduzindo a novas possibilidades de debates relativos ao seu conceito, natureza, implicações e organização, de forma direta e indireta, para os indivíduos e para a sociedade. Na perspectiva das práticas sociais, isto implica constante aprendizado, pois o grande volume de informações só constituirá se como benefício, quando a sociedade aprender a usá-las para sanar necessidades informacionais (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Dessa forma, Cardoso (1996) constata que a informação possui duas dimensões intrinsecamente conectadas, a pessoal as quais correspondem às interpretações e vivências que há ao longo da vida e a coletiva em que aparecem fragmentos do conhecimento produzido, as sistematizações e as interpretações de experiências disponibilizadas socialmente que ocorrem diversamente entre os indivíduos em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social.

Para Vitorino e Piantola (2011), a informação não é neutra, pois sempre carrega componentes pessoais, sociais, culturais e/ou ideológicos. Assim, a sociedade se constitui não apenas com acesso à informação, mas no modo como ela interpreta a informação para a construção de significados, tendo como consequência a solução de problemas.

No que tange à sociedade e ao contexto informacional, Rios (2010) diz que os interesses que orientam as práticas, só farão sentido, quando refletirem a competência, podendo afirmar que não haverá sociedade da informação sem competência. Decorrente disso, a autora (2010) argumenta que é preciso trabalhar sob a ótica coletiva presente na competência, pois ela se amplia na construção coletiva, na partilha de experiências e reflexões, sendo um conceito relativo e dinâmico, não podendo definir em termos obsoletos, com a constância no movimento em busca de competência, ou seja, naturalmente reconhecido como um processo que, uma vez iniciado, não tem fim.

Na perspectiva da competência em informação, como já mencionado neste trabalho, o indivíduo competente, é aquele capaz de usar a informação, interpretar e

solucionar problemas, mas se a informação, segundo Cardoso (1996) contemplar as dimensões, pessoal e coletiva, então se compreende, que a competência em informação também possui “habilidades individuais considerando ao mesmo tempo o âmbito da coletividade e das relações sociais” (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

As dimensões são baseadas em habilidades genéricas, habilidades de informação e valores e crenças, que serão afetadas de acordo com contextos específicos. Habilidades genéricas incluem a resolução de problemas, colaboração e trabalho em equipe, comunicação e pensamento crítico. Habilidades de informação incluem a busca, o uso e a fluência em TIC. Valores e crenças incluem o uso da informação de forma sensata e ética, a responsabilidade social e a participação na comunidade. Essas dimensões da aprendizagem se “combinam” no processo de desenvolvimento da competência em informação. (VITORINO, 2020, p. 40)

Em virtude disso, Vitorino e Piantola (2011) alinhadas aos estudos de Rios (2010) identificam quatro dimensões para a competência em informação: técnica, estética, ética e política. Vitorino e Piantola (2019) destacam, ainda, que “para elaborar um corpus teórico [...] lançou-se mão de uma inspiração à parte: por meio da leitura do marco teórico de Terezinha Azerêdo Rios”, que contribui sobre a formação docente, bem como estudos relacionados à área da educação. Para a autora, a totalidade da prática docente se dá no desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política.

No que tange a essas reflexões as autoras (2019) as propõem que no cenário da Ciência da Informação, teorizações e discussões são necessárias para viabilizar ações concretas de formação continuada ao profissional da informação, nas respectivas dimensões técnica, estética, ética e política, servindo para beneficiar o profissional, que contribuirá para a sociedade, mantendo os vínculos sociais do bibliotecário.

Os quatro pilares apresentados por Jacques Delors (1998) como alicerces da educação para o Século XXI, em nosso entendimento, são condizentes com as Dimensões da competência em informação – Técnica, Estética, Política e Ética. O Aprender a Conhecer nos parece ter características que encontramos na Dimensão Ética, de conhecer os aspectos culturais que norteiam nosso fazer. Aprender a Fazer relaciona-se diretamente com a Dimensão Técnica. O Aprender a Viver Juntos é imbuído dos aspectos Políticos, de convivência e respeito mútuo e às regras sociais. E, por fim, o Aprender a Ser é aquele que carrega em si os aspectos Estéticos, como a imaginação, a sensibilidade e a criatividade. (ORELO; VITORINO, 2020, p. 133)

Dessa maneira, é possível viabilizar um cenário no qual a competência em informação e suas dimensões são elencadas à educação, fazendo um paralelo da biblioteca e do bibliotecário que atuam na educação, em que é possível agregar em suas responsabilidades e habilidades as dimensões da competência em informação.

Para Vitorino e Piantola (2019) a prática baseada na experiência profissional é o espaço em que as dimensões estética, ética e política são desenvolvidas, ou seja, na prática profissional vão-se agregando as dimensões que tiveram pouca evidência na formação inicial, tornando a dimensão técnica, o saber fazer, reconfigurada e transformada após as experiências vividas. Assim, o quadro abaixo apresentará em suma, os conceitos das dimensões elencadas à competência em informação segundo Vitorino e Piantola (2011).

**Imagem 6** - Resumo das características das dimensões da competência em informação

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação no contexto da informação.  Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos.  Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.	Criatividade sensível.  Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação.  Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Uso responsável da informação.  Visa à realização do bem comum.  Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Exercício da cidadania.  Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social.  Capacidade de ver além da superfície do discurso.  Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

Fonte: VITORINO; PIANTOLA (2011)

Em determinadas circunstâncias, a dimensão técnica é potencializada pelos bibliotecários escolares, porém, para a *práxis* deste profissional, Farias e Vitorino (2009) estabelecem que não basta o domínio de uma dimensão, mas de seu conjunto.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da dimensão técnica, proporcionará a habilidade da ação dos profissionais, reportando à realização de um ofício, ao fato de dominar-se com propriedade um campo específico de atuação. Sendo que o

processamento técnico em si exige o domínio de uma língua estrangeira, as regras e as normas que envolvem os serviços biblioteconômicos, o fazer bibliotecário.

Quando a dimensão estética é o fazer presente, a sensibilidade e a efetividade do agir humano, preocupando-se com o bem-estar social, com o coletivo, é a beleza como elemento do saber e fazer, é o ser flexível com quaisquer que sejam as circunstâncias. Também está diretamente vinculada à criatividade, às invenções, às inovações, o pensar sempre no outro, no desenvolver de habilidades para solucionar problemas, é o ser “humano” antes de tudo.

A dimensão ética contempla a atitude crítica na prática do bibliotecário, olhando e analisando as circunstâncias com clareza, profundidade e abrangência, com senso investigativo e crítico, tornando-se capaz de tomar decisões diante de determinadas situações, o que requer o julgamento de valor. Vitorino e Piantola (2019) propõem que os preceitos éticos, requerem força de vontade, inspiração, exercício, conselho, supervisão, aperfeiçoamento, ajuda do grupo e da comunidade, disciplina, autocontrole, exame de consciência, paixão e por fim senso de honra.

Por fim, a dimensão política que possui uma estreita ligação com a dimensão ética, é referente ao comprometimento com o trabalho e com a profissão, a integridade, ao respeito quanto às orientações do Conselho Federal de Biblioteconomia e as leis que tangem a profissão, o planejamento e o alcance dos objetivos estabelecidos, a atualização acadêmica, o saber trabalhar em equipe e ter relacionamento interpessoal, saber ser flexível quando necessário, para alcance dos objetivos da instituição em que atua. A promoção do coletivo é quanto à gestão de pessoas, da equipe que gerencia, sabendo reconhecer o ambiente e as pessoas com suas individualidades, sendo diplomata a fim de buscar constantes parcerias para uma visão interdisciplinar e para melhoria das práticas.

Para melhor compreensão das dimensões da competência em informação, torna-se evidente a necessidade de um corpo teórico, que apresente seus conceitos e definições e um escopo conceitual que sirva como orientação às práticas do bibliotecário escolar, sendo apresentados individualmente em cada dimensão. Nesse sentido, serão utilizados os estudos de Piantola e Vitorino (2019) que estabelecem para cada dimensão categoria, em que se descrevem as especificidades, tornando a aprendizagem mais significativa e possível a realização da aplicação da pesquisa proposta.

### 3.1.1 Dimensão técnica

Sob a ótica desta dimensão, está o agir e o fazer, condicionando os indivíduos à ação, caracterizando-a eminentemente como uma atividade prática, de natureza objetiva. Sua ênfase dá-se por ser a dimensão mais evidente, pois é o meio de ação do indivíduo na perspectiva da informação. Envolvendo diretamente as habilidades para o processo de busca da informação a fim de resolver um problema ou sanar uma necessidade informacional.

Na Grécia antiga, o termo *techne*, era empregado para descrever as habilidades no fazer, na capacidade instintiva, reportando a técnica à realização de uma ação, um ofício. Decorrente disso, esta dimensão é considerada o suporte da competência, uma vez que essa se revela na ação profissional. (RIOS, 2010).

Quando se trata das definições de competência em informação fundamentada na dimensão técnica, relaciona-se a aquisição de habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de forma propícia a informação de que necessita. (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Para Oliveira e Vitorino (2020), alguns dos aspectos característicos da dimensão técnica da competência em informação surgiram com o conceito de Paul Zurkowski. De acordo com esses aspectos, sua abrangência se dá no conjunto de habilidades, ou seja, a consciência do indivíduo para identificar a necessidade informacional, buscar a informação em diferentes canais e mídias, ter um olhar crítico para avaliar e usar a informação com sabedoria e ética no contexto social.

Para melhor reflexão e caracterização dessa dimensão, identificaram-se algumas das categorias que a descrevem, sendo descritas abaixo.

**QUADRO 1 – Categorias referentes à dimensão técnica da competência em informação**

<b>Categorias referentes à técnica na prática profissional</b>	
1	A técnica é fundamental na prática profissional.
2	A tecnologia oportuniza e favorece a técnica.
3	É o processamento técnico em si.
4	Necessita do domínio de língua estrangeira.
5	É sinônimo das normas da ABNT, regras e padrões.
6	Não é essencial da prática profissional.
7	Auxilia na gestão.

8	É o fazer bibliotecário.
---	--------------------------

**Fonte:** Adaptação do Autor.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019. p. 98-99.

Sabido que *a técnica é fundamental na prática profissional*, a técnica tem um peso significativo na prática. Portanto, a dimensão técnica é essencial para o fazer profissional, pois considera-se essa categoria como um exemplo de ancoragem ou ideologia, cujo foco está na valorização da técnica em detrimento das dimensões da competência profissional. Contudo, à medida que se vivencia a prática, tendo como consequência a construção de significados, a verdade sobre “ser muito técnico” é esclarecido pelas práticas de alguns profissionais da informação. Nesse sentido, Albuquerque e Tedesqui (2014, p. 119) pontuam que “ser Bibliotecário não se resume em desempenhar uma determinada carga horária contratada, no qual se realizem empréstimos e devoluções de livros”.

Em suma, o fazer profissional bibliotecário precisa se adequar às mudanças da sociedade, principalmente em relação as tecnologias, pois ainda se observa o estereótipo tecnicista do bibliotecário com uma postura de submissão e subserviência, característica de um profissional tecnicista e menos intelectual que não corrobora com as necessidades atuais. (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Mesmo sendo característico na formação do bibliotecário no Brasil, vinculá-lo a uma concepção de reprodução do que de produção e de criação, assim, associar o fazer, *apenas às normas da ABNT, regras e padrões*, mesmo sendo de grande importância, reduzindo a dimensão técnica a regras, padrões e normas, conduz a perda de seu real significado e sentido. (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Na categoria, *a tecnologia oportuniza e favorece a prática*, os aspectos tecnológicos ganham evidência, no sentido mecânico do fazer. Na contemporaneidade, a intensificação do processo tecnológico, influencia toda a sociedade, inclusive o profissional da informação, pois as TICs deram um novo significado a estas práticas, ampliando o desenvolvimento de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias (VITORINO; PIANTOLA, 2019). As autoras acrescentam dizendo que a tecnologia é necessária para a técnica e essa dimensão, aliada às TICs, favorecem a conexão de pessoas e de recursos globais da informação. Assim, torna-se importante o *domínio da língua estrangeira*, pois o desconhecimento de outras

línguas, pode se tornar uma barreira, uma vez que o profissional da informação lida com informações de diferentes idiomas.

Por fim, a categoria *técnica auxilia na gestão e ao fazer bibliotecário*, que quando bem desempenhada, favorecerá a organização, tendo implicações positivas na gestão. Ligada aos aspectos de transformação, ela propicia a aproximação da prática, pois sob o prisma do relacionamento do homem com o mundo, esta técnica proporciona a temporalidade, o saber que as práticas podem ser mudadas quando necessárias (VITORINO; PIANTOLA, 2019)

No entanto, quando a técnica não é essencial na prática profissional, uma reflexão será necessária, pois a técnica é essencial e relevante no conjunto das dimensões que continuam a competência em informação, Vitorino e Piantola (2019) afirmam que por meio dela que se caracteriza uma profissão. Nesse sentido, o considerar apenas a dimensão técnica, é segundo Rios (2010, p. 94) empobrecedor, criando uma visão tecnicista ignorando sua inserção no contexto político e social, conferindo-lhe um caráter impróprio de neutralidade.

Dessa forma, nenhuma dimensão deve-se sobressair à outra, todas têm sua devida importância, pois com todas as concepções apresentadas pela dimensão técnica, é da dimensão estética, que se encontra seu equilíbrio, o sensível no fazer, na percepção das oportunidades de inovação e na criação de soluções para questionamentos (VITORINO; PIANTOLA, 2019). A seguir será apresentada a dimensão estética.

### 3.1.2 Dimensão estética

Para os gregos o termo *aesthesis* indica exatamente a percepção sensível da realidade, todavia o foco desta dimensão não é aprofundar-se em uma reflexão sistemática sobre a arte, ou a educação estética, mas na presença da sensibilidade deste elemento (Rios, 2010). Todavia, a dimensão estética traz em sua concepção, o caráter da sensibilidade e da criatividade presente nos aspectos da vida humana, determinante para a construção do caráter do homem. Rios (2010, p. 97) evidencia que a sensibilidade e a criatividade não se restringem ao espaço da arte, uma vez que criar é algo interligado a viver, no mundo humano. A estética, é na verdade, uma dimensão de existência do agir humano.

A dimensão estética, analisada à luz da filosofia, apresenta elementos intrínsecos à alma humana, como a sensibilidade e a criatividade. Pode-se assim dizer que diz respeito ao equilíbrio necessário entre o domínio das habilidades para o uso dos recursos informacionais, o entendimento político e social da informação e a sensibilidade, a criatividade, e a solidariedade no uso das informações e na geração de novos saberes. Desse modo, esta dimensão envolve os aspectos da cognição humana com a imaginação, com a criatividade, com a sensibilidade e está ligada ao conhecimento sensitivo (ORELO; VITORINO, 2020).

A Estética é aquela que manifesta a criatividade e a sensibilidade nas pessoas. Buscamos compreender os princípios estéticos à luz da filosofia, que nos remete a um sentido amplo e maior da beleza, diferente da concepção popular de estética, no qual são enaltecidos os aspectos de aparência física da pessoa, como é mais divulgada. (ORELO; VITORINO, 2020. p. 133)

Associando à estética e à política por estar vinculada ao agir do homem, esta dimensão “tem papel preponderante na ordem da coletividade e em seu comprometimento com o bem-estar social” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 103). Nesse contexto, a experiência estética está presente em todos os aspectos da vida humana, constituindo-se como fator fundamental na construção da subjetividade e é determinante do próprio caráter do homem (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Assim, é possível dizer que a informação comporta, nesta dimensão, um transmitir aos indivíduos tanto a partir de referenciais de mundo, quanto pelas concepções empíricas, intuitivas e na sensibilidade das reflexões pessoais. Nesse sentido, ao dizer que existe uma dimensão estética na competência em informação, é fazer referência à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Sob o viés do aspecto estético, a competência em informação contempla a capacidade para a interpretação e a construção de significados (JULIEN; WILLIAMSON, 2011). “Identificar uma dimensão estética na competência em informação, significa, então, afirmar a subjetividade implícita na recepção e na transmissão dos conteúdos informacionais”, considera-se então que essa dimensão requer a habilidade de trabalhar analiticamente com a informação, lidando com ela de forma criativa e significativa (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 104). Para Rios (2010), trata-se da necessidade concretizada para o bem social e coletivo.

A dimensão estética revelada pela perspectiva criadora e inovadora sob o saber fazer profissional, à capacidade de transformação e de percepção sensível acerca dos problemas que dirigem no ambiente de trabalho e a solução de emergências, identificando pela mobilização do indivíduo no lidar com situações, na capacidade de antecipar, de unir criatividade, inovação e imaginação para a melhoria dos processos de desempenho e tomada de decisão (SOUZA *et al.* 2020).

Vitorino e Piantola (2019) descrevem que para melhor compreender esta dimensão, seus elementos podem ser classificados em duas grandes categorias, ora a criatividade, ora a sensibilidade, ambas como sinônimo de estética e elencadas à prática profissional.

**QUADRO 2** – Categorias referentes à dimensão estética da competência em informação

<b>Categorias referentes à estética na prática profissional</b>	
<b>Categorias referentes à criatividade na prática profissional</b>	
1	Vincula-se à invenção, à inovação, à criação e à imaginação.
2	Vincula-se ao conhecimento.
3	Vincula-se à tecnologia.
4	A criatividade surge a partir de problemas/ necessidades ou na solução de problemas.
5	Surge da interação com o outro (usuários, profissionais).
6	O bibliotecário não é criativo ou está frágil nessa área.
7	Criatividade depende da aplicação de recursos financeiros.
8	Vinculada à compreensão do outro como um todo.
9	A criatividade e a sensibilidade favorecem o reconhecimento profissional.
<b>Categorias referentes à sensibilidade na prática profissional</b>	
10	Vincula-se à compreensão do outro como um todo.
11	Vincula-se ao cuidado com os detalhes.
12	Vincula-se à flexibilidade profissional.
13	Surge a partir da demanda das necessidades.
14	O bibliotecário não é sensível ou está frágil nesta área.
15	Surge da interação com o outro.
16	Ligada à emoção e ao coração.

**Fonte:** Adaptação do Autor.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019. p. 109-110

Dividida em duas categorias, a dimensão estética na perspectiva da prática profissional remete à criatividade e à sensibilidade. Dialogando sobre, é possível salientar que a criatividade está vinculada à invenção, à inovação, à criação e ao imaginário; já a sensibilidade, à imaginação e à criatividade. Entende-se que a sensibilidade, a imaginação e a criatividade são elementos essencialmente humanos, elementos que acontecem e se desenvolvem no íntimo de cada indivíduo e envolve as experiências particulares e individuais do ser (ORELO; VITORINO, 2020).

A criatividade está ligada aos processos informacionais não analíticos, destacando a importância do alto conhecimento, para haver melhor exploração de significados e, assim, aflorar a criatividade, buscando estimular o pensamento crítico a partir das experiências e das percepções pessoais. Essas características nos põem a refletir e a tentar compreender o mundo sob a ótica da moralidade e da solidariedade, o que nos conduz à construção de uma sociedade mais justa e humana, que vise ao bem estar coletivo (ORELO; VITORINO, 2020).

Dessa maneira, torna-se importante acrescentar que “a sensibilidade, ingrediente do processo estético permite encontrar maneiras de se relacionar com a realidade”. Nessa perspectiva, surge a relação entre a estética, a ética e a política, pois convertem-se ao bem social (VITORINO E PIANTOLA, 2019. p. 120).

A seguir será apresentado o escopo teórico da dimensão ética, que apresenta uma relação muito próxima com a estética, na concepção da necessidade da pluralidade de valores e de estilo de vida.

### 3.1.3 Dimensão ética

Refletindo sobre a epistemologia da palavra, o termo ética vem do grego *ethos*, que significa, disposição, caráter, “morada do homem”, no sentido de costumes, jeito de viver, que segundo Rios (2010), simboliza o espaço da cultura do mundo transformado pelos seres humanos.

De tal modo, orientado por princípios para a boa conduta dos indivíduos em suas ações e reflexões, a presença dos valores éticos no ambiente de trabalho tem destaque no que tange às responsabilidades, ao respeito e à generosidade, corroborando no âmbito da coletividade e das relações sociais (SOUZA; BAHIA; VITORINO, 2020). Dessa forma, tratando-se da dimensão ética, sua função, é quanto à educação na perspectiva da transformação de bons costumes e hábitos para

uma melhor vida em sociedade, uma vez que essa dimensão não se refere apenas ao bem ou mal, mas a relação do indivíduo como bem e os objetos coletivos.

Assim, a ética diz respeito diretamente à experiência cotidiana dos indivíduos, levando a uma reflexão sobre os valores adotados, os atos praticados, a maneira pela qual decisões são tomadas e responsabilidades são assumidas na vida. (PELLEGRINI; VITORINO, 2020)

Para Rios (2010, p. 108) esta dimensão “diz respeito à orientação da ação fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo”. Assim, é chamada de dimensão fundante da competência porque a técnica, a estética e a política ganham seu significado quando, além de se apoiarem, se guiam por princípios éticos, norteando o fazer profissional (RIOS, 2010).

Chamamos a dimensão ética da dimensão fundante da competência porque a técnica, a estética e a política ganharão seu significado pleno quando, além de se apoiarem em fundamentos próprios de sua natureza, se guiarem por princípios éticos. [...] Não basta dominar os conceitos de sua área – é preciso pensar criticamente no valor efetivo desses conceitos para a inserção criativa dos sujeitos da sociedade. Não basta ser criativo – é preciso exercer sua criatividade na construção do bem-estar coletivo. Não basta se comprometer politicamente – é preciso verificar o alcance desses compromissos, verificar se ele efetivamente dirige a ação no sentido de uma vida digna e solidária. (RIOS, 2010, p. 108-109)

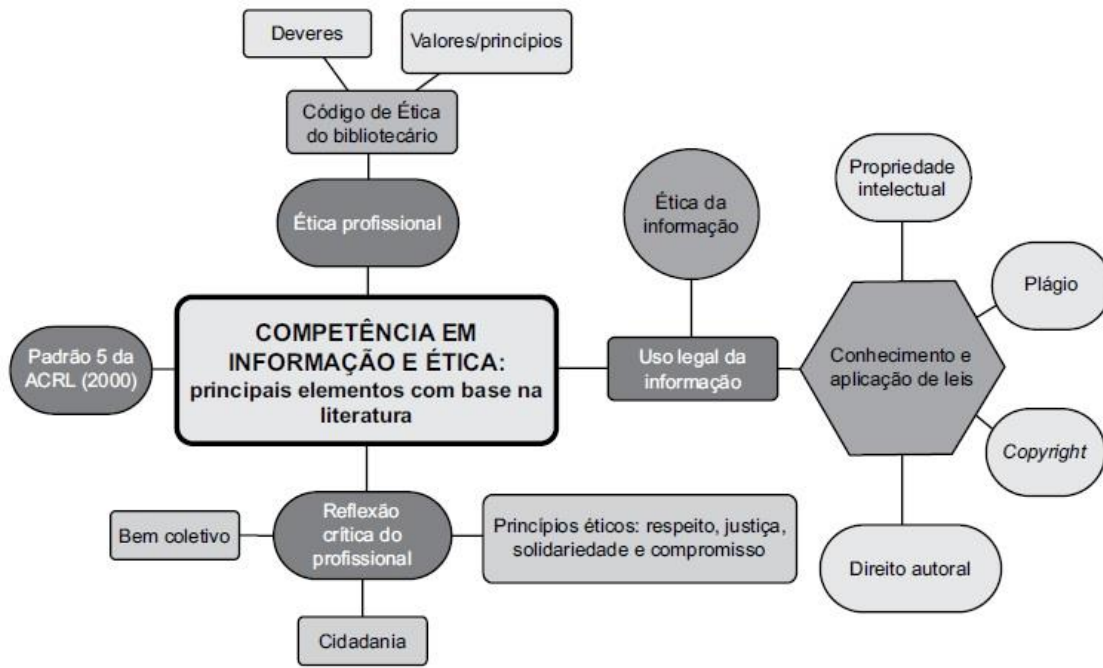
Portanto, a atuação do bibliotecário, apoiada na ética, revela ações ligadas a atitudes e aos comportamentos, tanto em relação ao usuário, quanto em relação ao próprio fazer informacional.

A competência em informação e sua dimensão ética, na configuração atual da sociedade, são uma necessidade à vida acadêmica, profissional e pessoal dos indivíduos. A quantidade de dados gerados, manipulados, armazenados e distribuídos pelas tecnologias trazem à tona problemáticas que exigem o uso adequado desses dados para que se convertam em informação. Essas problemáticas referem-se a questões de plágio, de direito autoral, de liberdade de expressão, de acesso livre ao conhecimento, de censura, dentre outras. Não saber lidar com a informação pode trazer implicações legais para os indivíduos, além de causar outro fenômeno chamado desinformação. (PELLEGRINI; VITORINO, 2020, p. 150)

Em culminância, identifica-se nesta dimensão a perspectiva da competência em informação ao uso ético e legal da informação, os princípios éticos de respeito, justiça, solidariedade, compromisso; e a reflexão crítica do bibliotecário na ação com

base nos princípios éticos, visando ao bem comum dos indivíduos, a felicidade (PELLEGRINI; VITORINO, 2020).

**IMAGEM 7** - Elementos da dimensão ética da competência em informação com base na literatura



**Fonte:** PELLEGRINI; VITORINO, 2020. Disponível em:

<http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>.

Diante disso, “a ética pressupõe um juízo crítico e relaciona-se, [...] diretamente à noção de autonomia, na medida que o ser ético decide por si mesmo suas ações após ponderar sobre suas possíveis consequências”, trazendo consigo um caráter crítico, a ética está no cerne da ideia de competência em informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 105).

Sob esta ótica, um indicador importante dessa dimensão é a atitude crítica na prática do profissional da informação, assim, Vitorino e Piantola (2019) atribuem categorias referentes à ética para esta perspectiva.

**QUADRO 3 –** Categorias referentes à dimensão ética da competência em informação

<b>Categorias referentes à ética na prática profissional</b>
Saber ouvir os outros favorece a atitude crítica.
Valorização profissional.
Bom senso é componente da atitude crítica.
A verdade está acima de tudo.
A análise do todo em partes favorece a atitude crítica (vinculada a uma dada ideologia).
A necessidade de conquistar mais espaços profissionais impulsiona a atitude crítica.
O isolamento profissional prejudica a atitude crítica (vinculada a uma dada ideologia).
A falta de comunicação entre os profissionais prejudica a atitude crítica.
A falta de “imposição” como “chefia” prejudica uma atitude crítica.
O diálogo favorece a atitude crítica.
Sugerir melhorias é parte da atitude crítica.
A liberdade de expressão é necessária à atitude crítica (vinculada a uma dada ideologia).
Buscar o respeito profissional é ter atitude crítica.
Ser exigente é ter atitude crítica.
Ser flexível é ter atitude crítica.

**Fonte:** Adaptação do Autor.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019. 122 p.

A ética tem um caráter reflexivo e não normativo, como se evidenciou no quadro 2 o senso crítico presente nesta dimensão, Vitorino e Piantola (2019) evidenciam a importância em se manter o sentido crítico presente no conceito de ética e fazer a distinção, não só entre os termos, mas entre os conceitos.

Essa percepção torna-se importante para possibilitar ao profissional da informação condições para tomar posição diante de determinadas situações, sugerindo melhorias, tendo atitude, pois, se os preceitos éticos forem praticados, isso acarretará em requerer força de vontade, inspiração, exercício, conselho, supervisão, aperfeiçoamento, ajuda de grupo e da comunidade, disciplina, autocontrole, consciência, amor pela profissão, senso de honra, e mais. (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Desse modo, é possível considerar as dimensões técnica, estética e política como princípio para a dimensão ética, e tendo as dimensões, estética e técnica, já apresentadas anteriormente, torna-se relevante abordar sobre a dimensão política,

para melhor compreender sua relação com as demais dimensões e com a ciência da informação, na perspectiva da prática do profissional da informação.

#### 3.1.4 Dimensão política

Vinda do grego, *politika*, também originada da *pólis*, Chaui (2010) argumenta que o termo se originou em virtude de uma estrutura de cidade-estado grega, para o desenvolvimento cívico ateniense. Este advento provocou alterações na vida social e na relação entre os indivíduos, que não mais era caracterizada como hierárquica, de submissão, mas onde todos tinham o mesmo direito, estabelecendo um princípio de igualdade.

Nesse sentido, a dimensão política propicia uma vivência justa, trazendo consigo significativa importância ao longo da história da humanidade. Demo (1988, p.17-18) enfatiza que o homem político é aquele competente, que não ilude ou manipula suas limitações, conseguindo enfrentar o que for necessário, dando assim a ideia de autolimitação.

Rios (2010) destaca que é, no espaço político, que se configuram acordos, se estabelecem hierarquias e se assumem compromissos. Sendo de bem comum a todos, a dimensão política tem por cerne sugerir que a informação é relativamente neutra em termos políticos, sustentando que a competência em informação deve ser entendida como um processo crítico, de implicações políticas, identificando a natureza da informação. Relacionando-se, assim, com o processo de criação, localização, avaliação e uso da informação. Tornando a dimensão política ligada à ética com caráter subjetivo, todavia a ética tem caráter reflexivo, não normativo.

Consequentemente, a competência em informação arroga uma dimensão política, visto que sua extensão é o sujeito. Naturalmente considerado um ser social, que segundo a *Pólis*, legitima seu destino e dá significado a suas ações, por meio da interação com o próximo, desenvolvendo-se de forma mútua (RIOS, 2010). Entende-se que a esta dimensão compreende o ser humano como ser social, um ser que participa de um ambiente em que se constroem as relações num processo dinâmico de interações. Dessa forma, é possível destacar os seguintes aspectos que se manifestam nesta dimensão: a cidadania, a liberdade, as relações em sociedade, o pesar coletivo, a interdependência e a colaboração mútua (DE LUCCA; VITORINO, 2020).

Considera-se, assim, que a dimensão política está vinculada às demais dimensões, por mais que esteja articulada aos contextos a participação da construção do coletivo e os deveres quando cidadão, em seu exercício e deveres, suas concepções são elencadas, tornando assim o bibliotecário escolar competente em informação, que nesta ótica, se apresenta no outro, ou seja, é pelo outro, no sentido da coletividade, que se percebe a sua manifestação, a qual só faz sentido no âmbito coletivo e social. Compreende o homem enquanto ser social (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Vitorino e Piantola (2019) categorizam a dimensão política na prática profissional, estabelecendo a categoria ao envolvimento e ao comprometimento com a profissão:

**QUADRO 4 –** Categorias referentes à dimensão política da competência em informação

<b>Categorias referentes à dimensão política na prática profissional</b>
<b>Categorias referentes ao desenvolvimento e ao comprometimento com a profissão</b>
Assumir a função é estar comprometido com o trabalho;
A participação em eventos, discussões e listas de discussões é suficiente para o comprometimento com a profissão;
O envolvimento e o comprometimento com a profissão dependem do envolvimento com a necessidade dos usuários;
A responsabilidade e integridade deste envolvimento e comprometimento coma profissão;
Disseminar e divulgar a profissão é sinônimo de comprometimento;
Desenvolver estudos e pesquisas é parte deste comprometimento;
Estar restrito ao grupo de trabalho da instituição é envolver-se e ser comprometido com a profissão;
A falta de união da classe interfere no desenvolvimento profissional.
<b>Categorias referentes ao alcance dos objetivos profissionais</b>
O planejamento contribui para o alcance dos objetivos profissionais.
A pesquisa contribui para os objetivos profissionais.
A atualização, formação continuada, contribui para o alcance dos objetivos.
O trabalho em equipe, o desenvolvimento de uma equipe de trabalho, a gestão de pessoal contribui para o alcance dos objetivos profissionais.
Política, e flexibilidade são garantia de alcance de objetivos institucionais/profissionais.
O contato/debate/discussão contínuo com outros profissionais da área contribui para o alcance dos objetivos profissionais.

**Fonte:** Adaptação do Autor.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019. p.129-130.

Analisando as categorias descritas, é possível identificar que na prática dos profissionais da informação a dimensão política se revela na perspectiva individual e da neutralidade. No sentido da individualidade, está relacionada ao assumir a profissão da informação, sendo comprometidos com seu trabalho e com a profissão tendo “paixão” por ela e gostando do que faz. E da neutralidade, vinculada a sua habilidade de lidar com o todos os indivíduos indistintamente.

Esta dimensão só alcança plena significação quando se configura com uma experiência que reflita nas práticas do profissional da informação - a concepção coletiva. É o "ser" profissional com suas individualidades e neutralidade, respeitando o coletivo, por compreender que cada indivíduo possui suas individualidades. A atividade política é também ética e tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos (VITORNO; PIANTOLA, 2019).

Com o intuito de harmonizar o coletivo, a dimensão política junto à dimensão ética são referenciais para o desenvolvimento profissional; entretanto, como abordado nesta pesquisa, para que o bibliotecário tenha competência em informação, é necessário o desenvolvimento das quatro dimensões.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se por ser bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Optou-se como universo a literatura da Ciência da Informação acerca do bibliotecário escolar e a competência em informação, com intuito de responder por meio da literatura as questões propostas. Marconi e Lakatos (2018) conceituam como um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, a pesquisa bibliográfica permite a descoberta de novos fatos ou dados, independente do campo do conhecimento.

Sendo uma pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2015), suas características propõem responder a questões particulares, sobretudo nas ciências sociais, em um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Contudo, Treinta *et al.* (2014) enfatizam que a pesquisa bibliográfica, para os pesquisadores, é um dos problemas mais sérios a serem equacionados. Em função da disponibilidade dos bancos de dados bibliográficos e da profusão de artigos científicos dificulta-se a escolha da literatura a ser utilizada no escopo da pesquisa, cabendo ao pesquisador construir uma estratégia de pesquisa bibliográfica que propicie a identificação adequada do que utilizar em meio a vasta produção científica.

Nessa perspectiva, escolheram-se duas bases de dados para consulta inicial, a Web of Science e a Brapci, sendo adotadas por significarem uma cobertura exponencial do assunto pesquisado. Posteriormente, definiram-se os parâmetros de pesquisa. Como palavras-chave, empregaram-se a *Information Literacy, school library e school librarian*, para a base da *Web of Science*, e competência em informação, *Information literacy*, competência informacional, biblioteca escolar e bibliotecário escolar, para a base da Brapci. Para o período de cobertura, estabeleceram-se os últimos 10 anos, de 2010 a 2020, sendo os dados recuperados concentrados em artigos de periódicos recuperados na *Web of Science* e na Brapci. A segunda etapa foi de seleção dentre os artigos recuperados na busca, aqueles que coadunem com informações que compreendem o foco da pesquisa.

Para criar mais possibilidades no processo da pesquisa, também foram utilizados livros físicos, em que a pesquisadora procurou adquirir, sendo de autores renomados, previamente indicados na academia, por meio das disciplinas cursadas e

de indicação durante os períodos de orientação. Recuperou-se uma significativa quantidade de textos, para tornar esta etapa objetiva, estabelecendo-se como critérios de seleção, resposta para os seguintes questionamentos: o texto trata da temática na perspectiva do bibliotecário escolar? Faz referência a pelo menos uma, das dimensões da competência em informação? Este conteúdo ajudou na construção do escopo da pesquisa para responder aos objetivos estabelecidos?

No que tange à análise dos dados, percebeu-se a necessidade de trabalhar com a análise de conteúdo, que Gil (2014, p.152) apresenta como sendo uma técnica de investigação, “que através de uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto das comunicações, tem a finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”, todavia mais especificamente a análise categorial de Laurence Bardin (2016). Sendo este método desenvolvido em toda construção deste trabalho, ficou assim dividido: levantamento bibliográfico, seleção de conteúdo, desenvolvimento do referencial teórico, pré-análise, exploração do material, e tratamento do material ou sua interpretação. (GIL, 2014).

No que se refere o delineamento documental, analisou-se o Código de Ética do Bibliotecário (Documento I), conforme a Resolução do Congresso Federal de Biblioteconomia, o documento de Lei nº 12.244/2010, referente à Universalização das Bibliotecas escolares (Documento II), e o Projeto de Lei nº 9.484, de 2018 proposto pela Deputada Federal Laura Carneiro (Documento III), que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares - SNBE.

A partir da análise de tais documentos, tornou-se possível traçar uma relação e uma comparação do conteúdo de tais documentos com as quatro dimensões da competência em informação apresentadas por Vitorino e Piantola (2019), bem como com o escopo teórico da pesquisa bibliográfica.

#### **4.1 Procedimentos para análise dos dados**

Após a pesquisa bibliográfica de análise dos documentos pretendidos, para a escrita do referencial teórico, optou-se pela construção de dois quadros para o direcionamento do estudo.

No primeiro quadro, é apresentado um conceito de cada dimensão da competência em informação, usando como referência, Vitorino e Piantola (2019), pois neste estudo, as autoras estabeleceram categorias as dimensões, categorias essas, utilizadas como indicadores associativos nos documentos analisados. Também serão expostas as características observadas pela pesquisadora com base no conceito descrito.

O segundo quadro contará com a descrição dos documentos que foram analisados, separados por colunas, pois a identificação dos itens nos documentos, foram inseridos nas tabelas, no instante que o item, relacionou-se com a categoria da dimensão indicada.

Tais “categorias” foram estabelecidas por Vitorino e Piantola (2019) sendo referentes a prática profissional em cada uma das dimensões, entretanto, em alguns momentos, as mesmas não foram mencionadas no quadro de análise, como na descrição original das autoras, pois se compreende que serviram de base teórica para análise dos documentos selecionados, nesta pesquisa, assim foi oportuna a adaptação de seus termos para realização da análise.

Nesse sentido, após o acesso aos documentos, em meio eletrônico, suas descrições sucederam em serem divididas, e indexadas na planilha, conforme a associação conceitual estabelecida e compreendida pela pesquisadora, tendo como base o estudo realizado para a escrita desta dissertação.

Em sequência, decorreu a análise dos dados com base nos autores do referencial teórico desta pesquisa. Por fim, à medida que as informações obtidas foram confrontadas com as quatro dimensões da competência em informação, tornar-se-á possível alcançar os objetivos estabelecidos para a realização desta pesquisa.

No que refere aos documentos selecionados, após a construção dos quadros, foi possível mensurar a análise. Neste sentido, ao fazer a leitura do Código de Ética do Bibliotecário, verificou-se que este documento é dividido em dois Títulos, sendo eles: Título I, da ética do bibliotecário, e Título II, das infrações e penalidades. Cada título é composto por capítulos com especificações. Com esta leitura, observou-se que para os fins desta pesquisa, seria utilizado apenas os capítulos descritos no Título I, tratando-se de especificidades oriundas a pesquisa, pois como já mencionado, o Título II trata-se da identificação de penalidades caso os itens descritos nos capítulos do Título I não forem cumpridos.

Quanto ao documento de Lei nº 12.244/2010, mesmo não sendo específico

em direcioná-lo as práticas profissionais, esse foi analisado na perspectiva da prática a ser realizada no cumprimento da Lei. Por fim, no Projeto de Lei nº 9.484, de 2018, empregou-se no que tange à lei e aos seus artigos, excluindo da análise a justificativa de sua construção, pois intuito não é estudar sua concepção, mas as indicações normativas ali descritas.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já exposto na metodologia os documentos analisados foram: Documento I – Código de Ética; Documento II - Lei nº 12.244/2010; Documento III - Projeto de Lei nº 9.484, de 2018.

As respectivas discussões serão apresentadas separadamente conforme a especificidade da dimensão, técnica, estética, ética e política, onde serão apresentados em cada seção, um quadro com as categorias, seguido da relação dos itens de cada documento. Em sequência a análise do quadro. Para esta análise, foram utilizadas como indicativos as categorias das dimensões da competência em informação descritas por Vitorino e Piantola (2019), que representam a prática profissional, e tais categorias estarão destacadas em itálico para melhor percepção e identificação na descrição da análise, e também, utilizado o referencial teórico desta pesquisa.

Para melhor definição e compreensão das categorias indicadas em cada dimensão, foi elaborado primeiramente, um quadro, onde estarão especificados os conceitos e habilidades de cada dimensão baseando-se nas pesquisas de Vitorino e Piantola (2019).

**Quadro 5 – Conceitos e habilidades da Competência em Informação**

DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO				
	TÉCNICA	ÉSTÉTICA	ÉTICA	POLÍTICA
<b>CONCEITOS</b>	A dimensão técnica é essencial para o fazer profissional, pois considera-se essa categoria como um exemplo de ancoragem ou ideologia, cujo foco está na valorização da técnica em detrimento das dimensões da competência profissional. (VITORINO; PIANTOLA, 2019)	Para melhor caracterizar esta dimensão, organizaram-se duas categorias, a criatividade e a sensibilidade, pois no âmbito da atuação profissional a exploração de significados corrobora com o emergir de significados, e a ideia de sensibilidade está ligada a compreensão do outro. (VITORINO; PIANTOLA, 2019)	Esta percepção torna-se importante para possibilitar ao profissional da informação condições para tomar posição diante de determinadas situações, sugerindo melhorias, tendo atitude, pois, se os preceitos éticos forem praticados, isso acarretará em requerer força de vontade, inspiração, exercício, conselho, supervisão, aperfeiçoamento, ajuda de grupo e da comunidade, disciplina, autocontrole, consciência, amor pela profissão, senso de honra, e mais. (VITORINO; PIANTOLA, 2019).	Configura-se com uma experiência que reflitam nas práticas do profissional da informação a concepção coletiva, pois, é o "ser" profissional com suas individualidades e neutralidade, respeitando o coletivo, por compreender que cada indivíduo possui suas individualidades. A atividade política é também ética e tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos. (VITORINO; PIANTOLA, 2019)
	<b>HABILIDADES</b>			

Execução de um ofício	Comprometimento com o bem-estar social	Aperfeiçoamento, atitude e consciência no agir	Culminar com a transformação dos homens em cidadãos
Fazer profissional	Construção da subjetividade	Autocontrole, disciplina e senso de honra	Respeitar o coletivo
Solução de problemas	Criatividade e sensibilidade	Amor pela profissão	Individualidade profissional

**Fonte: Elaborado pelo Autor**

**Baseado em:** VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019.

## 5.1 Categorias na Dimensão Técnica

**Quadro 6 – Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão técnica**

CATEGORIAS	DOCUMENTO I (Código de Ética)	DOCUMENTO II (Lei nº 12.244/2010)	DOCUMENTO III (Projeto de Lei nº 9.484/ de 2018 )
A técnica na prática profissional / e a tecnologia como indicativo facilitador	<b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário: c) observar os ditames da ciência e da técnica; d) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país;		
É o processamento técnico em si.	<b>Art. 4º</b> – O objeto de trabalho do bibliotecário é a informação.	<b>Art. 2º</b> Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.	<p><b>“Art. 2º</b> Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:</p> <p>I – Disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;</p> <p><b>§ 1º</b> - II - Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes.</p>
Normas da ABNT, regras e padrões.	<p><b>Art. 1º</b> – O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro tem por objetivo fixar as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.</p> <p><b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário:</p> <p>i) conhecer a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento;</p> <p>j) combater o exercício ilegal</p>	<p><b>Art. 1º</b> As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.</p> <p><b>Art. 3º</b> Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de</p>	<p><b>Art. 1º</b> O art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação.</p> <p><b>§ 2º</b> Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (NR)</p> <p><b>Art. 2º</b> Dê-se ao artigo 3º da Lei nº 12.244, de 24 de</p>

	<p>da profissão, conforme a legislação em vigor;</p> <p>k) manter seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição;</p> <p>l) informar sempre ao CRB no qual está registrado quando assumir e deixar cargo ou função;</p> <p>m) citar seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional.</p> <p><b>Art. 8º</b> – A caracterização das infrações ético-disciplinares e a aplicação das respectivas penalidades regem-se por este Código, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais.</p>	<p>Bibliotecário, disciplinada pelas <a href="#">Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962</a>, e <a href="#">9.674, de 25 de junho de 1998</a>.</p> <p><b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>maio de 2010, a seguinte redação: “Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências.</p> <p><b>Art. 3º-A</b> O não cumprimento do disposto no caput desse artigo acarretará sanções aos sistemas de ensino a serem definidas pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Federal responsável pela implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).</p> <p><b>Art. 3º-B</b> O processo de universalização das bibliotecas escolares de que trata esta Lei será feito mediante a 4 garantia prevista nas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que tratam da profissão de bibliotecário” (NR) Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>Habilidade em língua estrangeira.</p>			
<p>A gestão e o fazer bibliotecário.</p>		<p><b>Parágrafo único.</b> Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.</p>	<p><b>§ 1º</b> Fica criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com as seguintes funções básicas:</p> <p>I - Incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país;</p> <p>III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais de ensino nas bibliotecas escolares, tomando-se por base o número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e às especificidades da realidade local;</p> <p>IV - Implementar uma política de acervo para as</p>

			<p>bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento.</p> <p>VIII - favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas;</p>
--	--	--	--

**Fonte: Elaborado pela Autora**

**Baseado em / Categorias:** VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019.

Quanto à análise das categorias indicadas, a dimensão técnica estabelece as habilidades para o fazer profissional, que segundo Vitorino e Piantola (2019) geralmente, são aprendidas na formação inicial, sendo essencial para o fazer profissional. Foi possível, então, identificar três habilidades gerais para o bibliotecário escolar: a execução de um ofício, o fazer profissional e o subsídios para a solução de problemas.

Nesse sentido, foi possível identificar as categorias referentes à prática profissional, as descrevendo como: *a técnica na prática profissional e tecnologia como indicativo facilitador; processamento técnico em si; normas da ABNT, regras e padrões; habilidades em língua estrangeira e à gestão e ao fazer bibliotecário*.

Como já esperado, os três documentos analisados, Documento I – Código de Ética; Documento II - Lei nº 12.244/2010; Documento III - Projeto de Lei nº 9.484/2018, contemplaram as categorias indicadas nesta dimensão. Vitorino e Piantola (2019) argumentam que os profissionais da informação ao saírem das academias possuem certa lacuna em sua formação, relacionadas ao desenvolvimento da competência em informação e as quatro dimensões. Cunha (2011) declara que a academia deveria melhor preparar esses profissionais, pois muitos currículos apresentam-se voltados aos serviços técnicos. Entende-se, então, que o bibliotecário escolar só estará exercendo efetivamente o seu papel, quando abrir mão do tecnicismo excessivo predominante da área e assumir conjuntamente com a comunidade escolar a (re)construção e transformação da biblioteca escolar de suas práticas. (MARTINS; KARTINSKI, 2018).

Tais declarações são relacionadas à formação do bibliotecário, entretanto, o que pode se perceber é que esta lacuna também foi identificada nos documentos analisados, documentos esses, que regem o “fazer bibliotecário”, tornando-se necessário repensar as orientações de tais documentos.

Com essa percepção, foi possível identificar na categoria, *a técnica na prática profissional e a tecnologia como indicativo facilitador*, que se refere ao fazer diário e às múltiplas oportunidades que a tecnologia favorece esta técnica, que apenas o código de ética apresentou instruções claras que fossem identificadas para esta categoria, mesmo assim, não houve expressão no sentido tecnológico. Mesmo a tecnologia favorecendo o fazer bibliotecário, “atualmente ainda percebemos a predominância de um paradigma, em que a técnica pura prevalece em detrimento da tecnologia apropriadamente utilizada nas práticas diárias (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

No *processamento técnico em si*, relacionado ao saber fazer e a construção de significados para a prática, os três documentos contemplaram conteúdos para serem associados a esta categoria.

Na categoria, *normas da ABNT, regras e padrões*, que está relacionada aos padrões documentais, parâmetros e a marcante diversidade de documentos que regem o fazer bibliotecário, a capacidade de lidar com conteúdo, conceitos e a habilidade de saber lidar com as mudanças repentinas, os três documentos analisados apresentaram conteúdos expressivos com indicativos característicos nesta categoria.

Na *habilidade em língua estrangeira*, mesmo sendo algo de extrema relevância para o bibliotecário escolar, não foi encontrado nenhum indicativo que tivesse relação com esta categoria. Para Vitorino e Piantola (2019) este indicativo é uma barreira profissional, já que ele lida com diferentes documentos dos mais diferentes tipos e em diferentes línguas. Exemplo disso, é o AACR2 e o CDD, dois dos documentos utilizados nas técnicas diárias do bibliotecário que ainda se encontram no inglês. O não domínio, mesmo que básico, desta língua acarretara em complicações profissionais.

No que tange à *gestão e ao fazer bibliotecário*, indica o “fazer” com qualidade e com eficácia, apropriando-se de seu conhecimento técnico, para melhor exercer sua profissão e facilitar os processos de gestão para organização e disseminação da informação. A IFLA (2016) pontua que se espera que o bibliotecário escolar assume

o papel de liderança e de gerenciamento, tendo o mesmo nível de educação e preparo dos demais líderes da escola. Apesar desse indicativo, apenas o documento II e III apresentaram informações associativas a esta categoria. Entretanto, mesmo com esta interpretação, as informações são voltadas aos parâmetros da estrutura da biblioteca e não ao “fazer” na perspectiva técnica da profissão.

## 5.2 Categorias na Dimensão Estética

**Quadro 7 – Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão estética**

CATEGORIAS	DOCUMENTO 1 (Código de Ética)	DOCUMENTO 2 (Lei nº 12.244/2010)	DOCUMENTO 3 (Projeto de Lei nº 9.484/ 2018 )
Invenção à inovação, à criação e à imaginação.			<b>Art. 2º III</b> - Constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino aprendizagem;
Promoção do conhecimento.			<b>Art. 2º II</b> - Promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita.
Intuito de solucionar problemas.			
Interação com o outro (usuários, profissionais) e a compreensão do outro como um todo.	<p><b>Art. 3º</b> – A atuação do bibliotecário fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público-alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.</p> <p><b>Art. 6º</b> – O bibliotecário deve, em relação aos colegas, à categoria e aos usuários, orientar-se pelos princípios de justiça e respeito e observar as seguintes normas de conduta:  § 1º – Em relação aos colegas:  a) ser leal e solidário, tratar com respeito e civilidade, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da</p>		<b>Art. 2º IV</b> - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

	<p>profissão; b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional sem dispor dos elementos comprobatórios; c) respeitar a propriedade intelectual alheia; d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais</p> <p><b>Art. 6º – § 2º –</b> Em relação à categoria: b) prestigiar as entidades da categoria, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa; c) apoiar as iniciativas e os movimentos em defesa dos interesses da sua categoria profissional, participando efetivamente dos órgãos que a representam, quando solicitado ou eleito.</p> <p><b>Art. 5º –</b> São deveres do bibliotecário: e) cooperar para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica;</p>		
Administração e promoção de recursos financeiros.			VII - Proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino; IX - Firmar convênios com entidades culturais, visando à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas;
Criatividade e sensibilidade na perspectiva do próximo.			X - Estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, atendendo-se ao princípio da acessibilidade, a fim de que as mesmas se constituam em espaços inclusivos.
À flexibilidade profissional.			
Interação.			
Afetividade (ligada a emoção).			

**Fonte: Elaborado pela Autora**

**Baseado em / Categorias:** VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019.

Referindo-se à dimensão estética e às categorias indicadas, as habilidades reconhecidas foram comprometimento com o bem-estar social, a construção de subjetividade, mostrando sua flexibilidade, sua relação com o mundo social, a criatividade e sensibilidade na concepção de um todo.

Vitorino e Piantola (2019) argumentam que, nesta dimensão, o profissional constrói sua relação com o social, por meio da reflexão pessoal, tendo como escopo a criatividade e a sensibilidade. Nesse sentido, as categorias desta dimensão estando definidas como *a criatividade ligada à imaginação, à invenção, à inovação e à criação, bem como à sensibilidade, vinculada à compreensão do outro como um todo, do cuidado com os detalhes, identificando o indivíduo e suas complexidades*.

Para Castro Filho (2016), dentre as características desejadas para o bibliotecário escolar está o “ser criativo”. Na categoria *invenção, inovação, criação e imaginação e promoção do conhecimento*, Vitorino e Piantola (2019) indicam que tais características estão diretamente ligadas a construção e a (re) construção de significados, extremamente relevantes para o profissional.

Todavia, apenas o documento III apresentou uma indicação que foi associada a ela. Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013) argumentam que em certas situações os bibliotecários têm poucas oportunidades de criar, pois o profissional ao ser contratado, recebe a incumbência de administrar uma biblioteca já construída, ficando em sua responsabilidade, apenas manter a atual estrutura. No entanto, em muitos casos, é necessário reestruturar e reinventar a biblioteca, pois as estruturas tradicionais sufocam a inovação e a criatividade. Entretanto, se tratando de documentos instrucionais das práticas do bibliotecário no país, seria interessante que todos contemplassem tais características.

Na descrição, *intuito de solucionar problemas*, não foi identificada nenhuma associação entre os três documentos, apesar de estar diretamente ligada à ação do profissional. Campello (2003) descreve que muitos estudos argumentam quando as habilidades de um bibliotecário escolar, sendo elas, cognitivas, de solucionar problemas, de ensinar o aprender independente, do pensamento crítico e o aprender a aprender. Na perspectiva da competência em informação, o indivíduo considerado competente é aquele capaz de solucionar problemas usando a informação.

Entre a categoria, *interação com o outro na concepção dos usuários e os profissionais*, os documentos I e III apresentaram indícios que contemplaram estas características. Garcez e Cunha (2011) contribuem argumentando que as instituições e os indivíduos não são estáticos, interagindo com o meio, as possibilidades de inovações e os ajustes de demandas serão potencializadas.

No quesito *administração e promoção de recursos financeiros*, apenas o documento III abordou sobre a temática dando instruções acerca deste assunto. Na indicação da categoria, *criatividade e sensibilidade na perspectiva do próximo*, apenas o documento III indicou indícios desta percepção. Apesar de imprescindível para o profissional, Garcez e Cunha (2011) afirmam que o meio social de hoje é bastante diverso e dinâmico e, nesse sentido, o ensino precisa adaptar-se constantemente à realidade. O meio social de hoje é bastante diverso e dinâmico e nesse sentido, tem a responsabilidade de instigar a criatividade e a imaginação, atentando-se às individualidades de cada indivíduo. (IFLA, 2016, p. 31)

Entre as categorias, *flexibilidade profissional, e afetividade (ligada à emoção)*, nenhum dos documentos apresentaram conteúdos que contemplassem estas categorias. Contudo, Vitorino e Piantola (2019) afirmam que no concerne da dimensão estética, está a flexibilidade profissional, vinculada à sensibilidade. No que se entende da relação com a *afetividade*, Roca (2012) argumenta que sem esta característica, não ocorrem processos de aprendizagem na biblioteca, levando a compreensão que, ao menos, algumas das atividades dirigidas pelo bibliotecário escolar precisam ser norteadas pelo afeto.

### 5.3 Categorias na Dimensão Ética

**Quadro 8** – Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão ética

CATEGORIAS	DOCUMENTO 1 (Código de Ética)	DOCUMENTO 2 (Lei nº 12.244/2010)	DOCUMENTO 3 (Projeto de Lei nº 9.484/2018 )
Valorização profissional.			
Bom senso profissional	<b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário: g) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exige.		

Estar comprometido com a verdade e a ética.	<p><b>Art. 2º</b> – A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos.</p> <p><b>Art. 6º – § 2º</b> – Em relação à categoria:</p> <p>a) dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria, por meio de seus atos, no desempenho de cargo, função ou emprego;</p> <p>e) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas funções; f) auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética, comunicando, com discrição, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.</p> <p>g) representar, quando indicado, as entidades da categoria.</p>		
A análise do todo e suas particularidades (vinculada a uma dada ideologia).			
Conquista de mais espaços profissionais.			
O isolamento profissional (vinculada a uma dada ideologia).			
Comunicação entre os profissionais			
Saber fazer o serviço de gestão.			
Ser aberto ao diálogo.			
Sugerir melhorias.			
A liberdade de expressão é necessária.	<p><b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário:</p> <p>a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;</p>		
Buscar o respeito profissional.	<p><b>Art. 6º – § 2º</b> – Em relação à categoria: d) zelar pelo prestígio e dignidade</p>		

	profissional, bem como pelo aperfeiçoamento das instituições nas quais atue;		
Ser exigente é ter atitude crítica.			
Ser flexível.			

**Fonte: Elaborado pela Autora**

**Baseado em / Categorias:** VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019.

Para melhor caracterizar esta dimensão na competência em informação, ela possui como indicador a atitude crítica do profissional, lhe proporcionando condições para ter atitude para tomada de decisões. Neste sentido, discerniram-se as seguintes habilidades desta dimensão: aperfeiçoamento, atitude e consciência no agir; autocontrole, disciplina, senso de honra e, finalmente, amor à profissão.

Dentre as categorias indicadas, *está a valorização profissional*, sendo que nenhum dos documentos apresentaram indicações que se amoldam. Todavia, é importante destacar que muito se fala sobre o assunto, tanto das condições de trabalho, quanto da financeira.

A IFLA (2016, p. 23) argumenta que o valor da biblioteca escolar não está apenas nos materiais de suas coleções, “mas também nos serviços prestados através de um forte programa de biblioteca escolar e de um bibliotecário escolar qualificado”. Na visão de Almeida Júnior (2017), dentro do mercado há nichos diferenciados e o bibliotecário escolar recebe um baixo salário, acompanhando o salário da categoria dos espaços em que estão inseridas as bibliotecas, ou seja, as escolas.

Quando à categoria, *bom senso profissional*, apenas o documento I apresentou características associativas. Assim como a categoria, *estar comprometido com a verdade e a ética*, tal documento era esperando a fim de que abordasse sobre o assunto. Tratando do Código de Ética, seus parâmetros se enquadram dentro da categoria técnica e ética, como já apresentado nesta pesquisa, sendo a ética um assunto muito abordado quando se trata das aptidões exigidas do bibliotecário escolar. Dentre as indicações, encontram-se os seguintes autores que falam sobre: Kimmel e Dickinson (2012), a IFLA/UNESCO (2016), Vitorino e Piantola (2011), a ACRL (2016) e Orelo e Vitorino (2020), tais indicações já foram apontadas no referencial teórico, cabendo aqui apenas indicar os autores para enfatizar a importância desta temática.

Falar sobre a ética é de extrema relevância, ainda mais na contemporaneidade, pois envolve o respeito com o próximo, sendo ele profissional da informação ou não. O bibliotecário ético deve estar comprometido com o coletivo, sendo correto em suas escolhas e fazeres, respeitando a cada um, com suas individualidades e características profissionais.

Nas categorias, *a análise do todo e suas particularidades (vinculada a uma dada ideologia); Conquista de mais espaços profissionais; O isolamento profissional (vinculada a uma dada ideologia); Comunicação entre os profissionais; Saber fazer o serviço de gestão; Ser aberto ao diálogo; Sugerir melhorias; Ser exigente é ter atitude crítica; Ser flexível*, não foram identificadas em nenhum dos documentos indicações que se moldam a essas categorias.

Apesar de alguns itens dos documentos analisados, já indicados em outras categorias, ter a possibilidade de uma possível associação dentro das categorias indicadas nesta dimensão, baseando-se nos conceitos levantados nas perspectivas das dimensões da competência em informação, melhor se adaptaram às indicações já realizadas.

Nas categorias, *a liberdade de expressão é necessária, e buscar o respeito profissional*, foi identificado um item apenas do documento I. Apesar disso, Vitorino e Piantola (2019) indicam que estas categorias são primordiais ao profissional competente em informação, pois se trata do comprometimento com o coletivo, conduzindo o sujeito à capacidade de exercer sua consciência moral, se responsabilizando por seus atos, tendo um juízo crítico da realidade, a fim de avaliar e agir de forma coerente e ética.

#### 5.4 Categorias na Dimensão Política

**Quadro 9** – Análise de conteúdo na perspectiva das categorias da dimensão política

CATEGORIAS	DOCUMENTO 1 (Código de Ética)	DOCUMENTO 2 (Lei nº 12.244/2010)	DOCUMENTO 3 (Projeto de Lei nº 9.484/2018 )
Assumir a função é estar comprometido.	<b>Art. 9º</b> – São infrações ético-disciplinares passíveis de penalidades: I – Violar o sigilo profissional de fatos que tenham tomado conhecimento no exercício da profissão, com exceção daqueles presentes em lei		

<p>Assumir a função é estar comprometido.</p>	<p>que exigem comunicação, denúncia ou relato a quem de direito.</p> <p>II – Deixar de prestar serviços profissionais ao estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional;</p> <p>III – permitir a utilização de seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente sua função.</p> <p>IV – Praticar atos ilícitos em relação à profissão;</p> <p>V – Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do CRB, quando no exercício de suas funções;</p> <p>VI – Delegar a pessoas leigas atos ou atribuições do bibliotecário;</p> <p>VII – declarar possuir títulos que não possa comprovar;</p> <p>VIII – ser conivente ou cúmplice com os indivíduos que exercem ilegalmente a profissão de bibliotecário ou com os profissionais ou instituições que pratiquem atos ilícitos;</p> <p>IX – Exercer a profissão quando estiver sob sanção disciplinar;</p> <p>X – Observar, desacatar, desrespeitar e descumprir Acórdãos, Resoluções, Portarias, Atos Administrativos e Normatizações do Sistema CFB/CRBs e outra legislação inerente ao exercício da profissão;</p> <p>XI – deixar de informar, por escrito, ao CRB os vínculos profissionais, com dados completos da empresa, e de manter atualizados o endereço residencial e profissional, telefones e e-mail;</p> <p>XII – deixar de pagar as anuidades devidas ao Sistema CFB/CRBs;</p> <p>XIII – oferecer denúncia sem dispor dos elementos comprobatórios;</p> <p>XIV – faltar com civilidade aos representantes do CFB e CRBs e usuários, quando no exercício de suas funções;</p> <p>XV – Não propiciar com fidelidade informações a respeito do exercício profissional, da legislação de Biblioteconomia e sobre as atividades e a atuação do</p>		
---	---	--	--

	Sistema CFB/CRBs; XVI – não atender convocação feita pelo CFB e CRBs, a não ser por impedimentos justificados e comprovados;		
Participar de eventos, discussões e listas de discussões.			
O envolvimento e o comprometimento com a profissão dependem do envolvimento com a necessidade dos usuários;	<b>Art. 6º – § 3º</b> – Em relação aos usuários: a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo; b) tratar os usuários com respeito e civilidade; c) estimular a utilização de técnicas atuais objetivando a excelência da prestação de serviços ao usuário; d) assumir responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à informação vigentes.		VI - Integrar todas as bibliotecas escolares do país na rede mundial de computadores, mantendo atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino.
Responsabilidade e integridade.	<b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário: b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício;		
Disseminar e divulgar a profissão.			
Desenvolver estudos e pesquisas.			
Estar restrito ao grupo de trabalho da instituição é envolver-se e ser comprometido.			
A falta de união da classe interfere no desenvolvimento profissional.			
Planejamento.			
Estar apto a pesquisas.			
Estar atualizado e participar de formações continuadas.	<b>Art. 5º</b> – São deveres do bibliotecário: f) colaborar com os cursos de formação profissional do bibliotecário.		V - Desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o

			funcionamento adequado das bibliotecas escolares.
Realizar a gestão de pessoas.			
Política, e flexibilidade são garantia de alcance de objetivos institucionais/profissionais.	<b>Art. 5º –</b> São deveres do bibliotecário: h) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas.		
Estar em contato/debate/discussão contínuo com profissionais da área.			

**Fonte: Elaborado pela Autora**

**Baseado em / Categorias:** VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto e olhares da ciência da informação*. 2019.

No que tange à análise das categorias indicadas, a dimensão política configura-se com a experiência que reflete nas práticas profissionais na perspectiva coletiva, possuindo como habilidades o culminar com a transformação dos homens em cidadãos, o respeitar coletivo e as individualidades profissionais.

Vitorino e Piantola (2019) dividem as categorias profissionais desta dimensão, como referentes ao envolvimento e ao comprometimento profissional, bem como ao alcance dos objetivos. Neste sentido, as autoras (2019) estabelecem como referentes ao envolvimento, as seguintes categorias: *assumir a função é estar comprometido; participar de eventos, discussões e listas de discussões; o envolvimento e o comprometimento com a profissão dependem do envolvimento com a necessidade dos usuários; com a responsabilidade e a integridade; com disseminar e divulgar a profissão; além de desenvolver estudos e pesquisas; estar restrito ao grupo de trabalho da instituição é envolver-se e ser comprometido, uma vez que a falta de união da classe interfere no desenvolvimento profissional.*

Quanto ao alcance dos objetivos, o destaque é: *o dever de planejar; estar apto a pesquisas; estar atualizado e participar de formações continuadas; realizar a gestão de pessoas; sendo que a política e a flexibilidade são garantias de alcance de objetivos institucionais/profissionais; estar em contato/debate/discussão contínuo com profissionais da área.*

Na categoria, *assumir a função é estar comprometido*, o documento I apresentou várias indicações de conteúdo que dialogassem com o indicado. No item,

*participar de eventos, discussões e listas de discussões*, não foram identificados conteúdos que se relacionassem. *O envolvimento e o comprometimento com a profissão dependem do envolvimento com a necessidade dos usuários*, haja vista que foram encontrados indicativos nos documentos I e III e nas demais categorias, *responsabilidade e integridade; disseminar e divulgar a profissão; desenvolver estudos e pesquisas; estar restrito ao grupo de trabalho da instituição é envolver-se e ser comprometido; a falta de união da classe interfere no desenvolvimento profissional*.

Todas estas categorias são argumentadas por Vitorino e Piantola (2019) como parte do envolvimento e do comprometimento com a profissão, mesmo sendo possível, em algumas circunstâncias, adequar itens já mencionadas nestas categorias, dentro da perspectiva que as autoras abordam não foi possível esta relação. Elas reiteram estas categorias como, reforço ao individual e imparcialidade profissional. Nesse sentido, tais categorias indicam a prática profissional da informação revelando uma dimensão política na perspectiva individual e imparcial, sendo assim, referindo-se a si mesmo e ao seu contexto próximo ou ao isolamento da relação com o coletivo. Isso significa que o profissional está tão engajado com suas práticas, que consegue de forma neutra lidar com diferentes situações, comprometido com sua realidade social, mesmo com as individualidades de suas escolhas, mostrando assim a importância do aperfeiçoamento contínuo, pois é somente por meio da prática, que se adquire conhecimento profissional para lidar com tais perspectivas.

Nas categorias que direcionam o alcance dos objetivos, *o planejamento e o estar apto a pesquisas, o realizar a gestão de pessoas e o estar em contato/debate/discussão contínuo com profissionais da área*, não foi encontrado nenhuma indicação entre os documentos analisados.

No que tange *o estar atualizado e o participar de formações continuadas*, encontraram-se itens no documento I e III, o documento I abordando sobre sua colaboração com a formação dos bibliotecários e o documento III indica que o bibliotecário buscar se atualizar para manter o bom desenvolvimento da biblioteca escolar. Sobretudo, é importante destacar como já mencionado nesta pesquisa, a relevância deste assunto, já que a constante mudança da sociedade, faz com que os profissionais necessitem cada vez mais de aperfeiçoamento e preparo para lidar com as circunstâncias. A graduação contribui de forma significativa para o bibliotecário,

mas é imprescindível a constância na atualização profissional e nas formações continuadas para o preparo com o lidar nas especificidades diárias.

Na *categoria política e flexibilidade, garantem-se os objetivos institucionais/profissionais*, identificando-se uma descrição no documento I. Todavia seria pertinente que em todos os documentos abordassem sobre essa categoria, pois quando se trata de objetivos a serem alcançados, qualquer profissional atuante, terá seus objetivos pessoais e os profissionais a serem alcançados.

Vitorino e Piantola (2019) argumentam que o alcance dos objetivos está relacionado com o posicionamento individual ou coletivo que o profissional terá em seu dia a dia de trabalho, que o planejamento contribuirá para este alcance e para a tomada de decisões, que a formação continuada é de extrema importância. É relevante ressaltar que cada categoria apontada é identificada como características a se desenvolver para se atingir o desenvolvimento da dimensão e contemplar as quatro dimensões, o “ter” competência em informação.

Campello (2003) afirma que o bibliotecário é a figura central no discurso da competência em informação. Sua função de liderança é de catalisador de mudanças na escola, constitui fatores que se integraram ao processo de ensino e aprendizagem. Sobretudo, estar atento e preparado para as constantes mutações que ocorrem na sociedade

Os estudos referentes às dimensões quanto à competência em informação, apresentadas por Vitorino e Piantola (2019), proporcionaram um alicerce teórico para auxiliar na melhoria das práticas profissionais, tal afirmação é possível, ao ver que os conteúdos aqui analisados fazem alusão aos parâmetros do “ser” bibliotecário e seu aperfeiçoamento, tanto como indivíduo social, quanto nos aspectos profissionais em suas minúncias. Isso é possível identificar quando a dimensão técnica aborda em suas categorias voltadas prática profissional, a dimensão estética, a estética e a criatividade, a dimensão ética, direcionada a atitude crítica, e a dimensão política, orientando quando ao envolvimento, comprometimento e objetivo profissional.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude da pandemia que assolou o mundo durante o ano de 2020, propiciando mudanças conceituais, principalmente no universo acadêmico, abordar acerca da temática relacionada à educação tornou-se de extrema relevância,

sobretudo a respeito da biblioteca escolar que, por meio de recursos tecnológicos e das estratégias do bibliotecário escolar, possibilitou atingir um público, antes não alcançável, decorrente do estereótipo criado em torno desses atores.

Compreende-se que a biblioteca escolar foi durante um longo período vista como depósito de livros e o bibliotecário, por sua vez, com o estereótipo de cuidador dele. Infelizmente, esse conceito ainda é realidade, uma vez que estudar sobre esta temática é a resposta para os questionamentos desta pesquisadora, que atua nesta área e busca melhorar suas práticas em meio às significativas mudanças oriundas da educação.

Por muitos anos, a didática de ensinar foi realizada de forma tradicional, em que o centro era o professor. Com a mudança metodológica de ensino, o aluno passou a ser o centro na estratégia de ensino, ocorrendo transformações em tudo e em todos os envolvidos neste processo, entre eles, a biblioteca escolar e o bibliotecário escolar.

Os estudos referentes às dimensões quanto à competência em informação, apresentadas por Vitorino e Piantola (2019), proporcionaram um alicerce teórico para auxiliar na melhoria das práticas profissionais, sobretudo, os da informação que vivenciaram esta realidade a respeito das mudanças metodológicas no âmbito educacional.

Por isso, é imprescindível que todos os profissionais da informação que atuam nesta área, conscientizem em desenvolver todas as dimensões apresentadas pelas autoras quanto à técnica, à estética, à política e à ética, pois em certas circunstâncias, a técnica ganha evidência, fomentando a sociedade a continuar enxergando o bibliotecário, apenas como guarda livros.

Nessa perspectiva, os profissionais da informação são indagados continuamente quanto à implicação da formação inicial e continuada para a competência em informação, mesmo que isso não esteja explícito em suas práticas profissionais, é possível identificar indícios sobre a presença das dimensões técnica, estética, ética e política.

Não coube a esta pesquisa analisar os currículos dos cursos de biblioteconomia do país, todavia, seria relevante tal estudo, pois como indagado no referencial teórico, a formação como hoje se encontra, não está preparando o bibliotecário escolar para as práticas diárias na perspectiva da competência em informação e suas dimensões, levando estes profissionais a buscarem pela formação continuada, engajando-os para preencher as lacunas que ficaram em sua formação.

Diretamente ligada à condição humana de aprendizado permanente, pode-se afirmar que ao aprender a aprender, ao aprendizado ao longo da vida, a educação para a *Information literacy* é o caminho que garante esta condição, ou seja, é um processo que acontece lentamente com a percepção da necessidade de socialização, envolvendo a comunidade educacional, a fim de criar um significado a partir da informação.

Entende-se que ao propor como objetivo geral, analisar o perfil do bibliotecário escolar sob a perspectiva das quatro dimensões da Competência em informação, foi possível criar um referencial teórico que o alcançasse, caracterizasse o perfil do bibliotecário escolar como agente transformador social, relacionando-o a praticar as quatro dimensões da competência em informação.

Ao levantar por meio da literatura documentos que validassem as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários escolares, foi possível identificar que muito se evidencia sobre as questões técnicas, política e éticas do bibliotecário escolar, e pouco sobre a estética. Todavia quando se observam as muitas iniciativas apontadas pelos autores aqui citados, é possível identificar que todas as dimensões são relevantes quanto à atuação deste profissional.

O código de ética do bibliotecário, apesar do nome e de seu conceito primário, apresentou itens que contemplassem de forma majoritária as dimensões técnica, ética e política, mas a dimensão estética apenas no quesito “compressão do outro”, mas não contemplando nenhuma informação que tratasse sobre a criatividade da área.

A Lei nº 12.244/2010 abordou apenas questões técnicas e, ainda, muito voltada à biblioteca em si, mas não ao fazer bibliotecário. Quanto ao Projeto de Lei nº 9.484, de 2018, obteve-se indicações nas dimensões, técnica, estética e política.

Percebe-se assim que apesar do vasto campo teórico sobre a competência em informação e suas dimensões muito há em crescimento na perspectiva profissional do bibliotecário escolar no Brasil, pois alguns documentos internacionais já contemplam características indicativas destas dimensões, como é o caso da ACRL (2017) e a IFLA /UNESCO (2016), com indicativos já apresentados nesta pesquisa que confirmam tal posicionamento.

Neste sentido, para o desenvolvimento efetivo da competência em informação dos profissionais no contexto brasileiro é necessário internalizar como princípios: a informação como norteador da profissão, a ética como princípio fundamental e as

dimensões técnica, estética, ética e política a serem considerados como indispensáveis.

Portanto, ao considerar a relevância desta pesquisa, quando inicialmente proposto o tema, foi possível identificar durante as leituras, escritas, e análises, que muito se há muito a se aprender sobre esta temática, e seria prudente que todos os bibliotecários escolares de nosso país melhor o compreendessem também, assim seria possível uma mudança de cultura enraizada criada ao longo de tantos anos da biblioteca escolar em nosso país. Apesar do vasto campo da pesquisa, ainda é possível identificar poucas iniciativas que contemplem práticas relacionadas às quatro dimensões da competência em informação.

Tal percepção é possível pela pesquisa realizada, pois ao analisar os documentos propostos, sendo oficiais da área, foi identificado que nem os mesmos, contemplam as quatro dimensões da competência em informação. Neste sentido, torna-se relevante outras pesquisas, que fomentem a reconstrução de políticas públicas que melhor orientem a classe biblioteconômica no país, a análise minuciosa dos currículos dos cursos de graduação em biblioteconomia e a elaboração de formações continuadas com a temática proposta.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**: ensaio de preliminares para sua história e suas fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; TEDESQUI, Conceição Aparecida. Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da Lei 12.244/10. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 3, n. 1/2, p. 115 – 146, jan./dez. 2014. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/viewFile/20519/pdf\\_15](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/viewFile/20519/pdf_15). Acesso em: 09 nov. 2020. DOI: 10.5433/2317-4390.2014v3n1/2p115

ALMEIDA JÚNIOR, Francisco de. Formação do profissional da informação: técnicas, tecnologias e mediações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, especial, p. 421-431, abr./ jul., 2017. Anais do 35º Painel Biblioteconomia Santa Catarina. Chapecó. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1384/pdf>. Acesso em: 20 abril 2020. ISSN 1414-0594

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz a diferença. *In.*: CAMPELLO, Bernadete; VIANNA, Márcia Milton; CARVALHO, Maria da Conceição; ANDRADE, Maria Eugênia Albino; CALDEIRA, Paulo da Terra; ABREU, Vera Lúcia Furst Golçalves. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 13-15.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília-DF. v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985/1025>. Acesso em: 24 out. 2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES .**ACRL Information Literacy Framework for Higher Education**. ACRL MW15 Doc 4.0.Submitted by: Susanna Boylston, Chair, ACRL Standards Committee. Filed by the ACRL Board on February 2, 2015. Adopted by the ACRL Board, January 11, 2016. . Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em 26 mar. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago. Illinois. 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Funções e pontos fortes dos bibliotecários de ensino**. 2017. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/teachinglibrarians>. Acesso em: 15 out. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. This report was released on January 10, 1989, in Washington, D.C. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Competência em informação: vivências e aprendizados. *In.*: BELLUZZO, Regina Celia Baptista; FERES, Glória Georges (Orgs.). **Competência em informação: de reflexões as lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2017/12/competencia-em-informacao-7a-edicao.pdf>

[de-reflexo%CC%83es-a%CC%80s-lic%CC%A7o%CC%83es-aprendidas1.pdf](#).

Acesso em: 18 out. 2020.

BEZERRA, Maria Aparecida da Costa. O papel da biblioteca escolar: importância do setor no contexto educacional. **CRB-8 Digital**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-10, out. 2008. Disponível em:

<https://nucleodetecnologiaseducacionais.wikispaces.com/file/view/O+papel+da+biblioteca+escolar+no+contexto+educacional+--+M1.pdf> . Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Primeiro curso de biblioteconomia do Brasil completa 100 anos**. 2015. Disponível em:

<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/04/primeiro-curso-biblioteconomia-brasil-completa-100>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto e Lei nº 9.484, de 2018** (Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro). Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=8BAEBD8A672AFB0E045D4946F969EB44.proposicoesWebExterno1?codteor=1641422&file name=Avulso+-PL+9484/2018](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8BAEBD8A672AFB0E045D4946F969EB44.proposicoesWebExterno1?codteor=1641422&file name=Avulso+-PL+9484/2018) . Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 12.244 de maio de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962**.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm) . Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998**.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9674.htm). Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Biblioteca escolar**: técnicos em multimeios didáticas. Brasília, 2007. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio\\_esc.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf). Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013. Brasília. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 set. 2020

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular - BNCC: educação é a base. **O que é a BNCC. 2016**. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. cesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conheça a história da educação brasileira. 2018.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771->

[institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira](#). Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FNDE Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020**. Dispõem sobre o programa nacional do livro e do livro didático. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/biblioteca.iap/Downloads/RESOLUO%20N%2012%20DE%2007%20DE%20OUTUBRO%20DE%202020.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Síntese das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. PORTAL DE LEGISLAÇÃO. **Resolução nº 2 de 09/02/2006 / FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2006. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/101760-dispue-sobre-o-programa-nacional-biblioteca-da-escola-pnbe-2006.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. Disponível em: [https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/trecho\\_-\\_uma\\_historia\\_social\\_do\\_conhecimento.pdf](https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/trecho_-_uma_historia_social_do_conhecimento.pdf). Acesso em: 03 nov. 2019.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 163-168, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/rt/printerFriendly/431/549>. Acesso em: 17 jan. 2020

CAMPELLO, Bernadete. **A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento**. 2011. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/ENAN054.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. São Paulo: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete. Bibliotecas e parâmetros curriculares nacionais. In: CAMPELLO, Bernadete; VIANNA, Márcia Milton; CARVALHO, Maria da Conceição; ANDRADE, Maria Eugênia Albino; CALDEIRA, Paulo da Terra; ABREU, Vera Lúcia Furt Golçalves. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar: compromisso com a aprendizagem**. 2019. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=O\\_vQkoMrx4I&ab\\_channel=PraxisSoftwaresGerenciais](https://www.youtube.com/watch?v=O_vQkoMrx4I&ab_channel=PraxisSoftwaresGerenciais). Acesso em: 28 set. 2020.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Biblioteca Escolar)

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**. v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1027>. Acesso em: 08 out. 2019.

CAMPELLO, Bernadete. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecário em escolas de ensino básico. **Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia**, Florianópolis-SC, v. 15, n. 29, p. 184-208. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184/19549>. Acesso em: 03 jul. 2020. ISSN: 1518-2924.

CAMARGO, Lorena Stephanie; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Bibliometria, cienciometria e um possível caminho para a construção de indicadores e mapas da produção científica. **PontodeAcesso**, Salvador, v.12, n.3, p.109-125, dez. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119924>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares?. **Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte**, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf\\_44afe65e85\\_0011622.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_44afe65e85_0011622.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas-SP. v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr., 2003. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/118157>. Acesso em: 20 abril 2020.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. As competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas-SP, v. 14, n. 2, p. 247-261, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643650/pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020. ISSN: 1678-765X.  
**DOI**: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8643650>.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Disponível em: <http://crb13.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV CBBB. II Seminário “Competência em

informação: cenários e tendências. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. 2013. Disponível em: [http://febab.org.br/manifesto\\_florianopolis\\_portuques.pdf](http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portuques.pdf). Acesso em: 21 jul. 2019.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CASTRO JUNIOR, Orlando Vieira de. Perspectivas sobre a competência em informação: diálogos possíveis. **Ciência da Informação**. Brasília-DF. v. 47, n.2, p.35-51, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156/3792>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Karina Costa de; BOURSCHEID, Laura da Rosa; SILVA, Lucélia Naside da; OLIVEIRA, Salete de. Bibliotecário escolar: um educador?. **Revista ACB**, v. 7, n. 1. 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379/458>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011. 3-24 p.

DE LUCCA, Djuli Machado; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão política da competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética, política**. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Autores associados, 1988. p. 17-18. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=sG0mswEACAAJ&dq=pobreza+pol%C3%ADtica+pedro+demo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiQwfwzLmc\\_IAhUGy1kKHbqBcQQ6AEILTAB](https://books.google.com.br/books?id=sG0mswEACAAJ&dq=pobreza+pol%C3%ADtica+pedro+demo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiQwfwzLmc_IAhUGy1kKHbqBcQQ6AEILTAB). Acesso em: 28 out. 2019.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo-SP. v. 14, n. 1, Jan./Junho, p. 73-78. 2010. Disponível em: [http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/texto\\_de\\_competencias\\_isabel\\_dias.pdf](http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/texto_de_competencias_isabel_dias.pdf). Acesso em: 01 abr. 2020.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO: etimologia e origem das palavras. Política. 2019. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Bibliotecário como agente multiplicador de competência informacional midiática**. In: BELLUZZO, Regina Celia Baptista; FERES, Glória Georges (Org.). **Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2017/12/competencia-em-informacao-de-reflexoes-a-licoes-aprendidas1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

DUDZIAK, Elisabet Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**. Brasília. v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 26 mar. 2020.

DUDZIAK, Elisabet Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**. João Pessoa. v. 18, n.2, p.41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 16 jul. 2019. ISSN: 1809-4783.

FARIAS, Christianne Martins; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34809>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FARIAS, Fabíola; BRITTO, Luiz Percival Leme. A Lei 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **RICI - Revista Líbero-Americana de Ciência da Informação**. Brasília, v. 12, n. 3, p. 826-836, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155/23549>. Acesso em: 23 mai. 2020. ISSN: 1983-5213.

FAZZIONI, Dilva Páscoa De; VIANNA, William Barbosa; VITORINO, Elizete Vieira. O atual estágio conceitual da competência em informação em publicações de língua portuguesa. **Ciência da Informação**. Brasília-DF. v.47, n.3, set./dez. p. 193-206. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4228/3984> . Acesso em: 26 mar. 2020. e-ISSN: 1518-8353.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba-PR. V. 5, n. spe. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552001000500010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000500010). Acesso em: 01 abr. 2020. On-line version ISSN: 1982-7849.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

GARCEZ, Eliane Fiorante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB**. v. 12, n. 1. 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/492/633>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GARCEZ, Eliane; CUNHA, Miriam Vieira da. O bibliotecário na escola de educação básica: depoimentos de profissionais de Santa Catarina. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 121-131, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/9725/5985>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília. 2012. Disponível em:

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO Letramento Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf). Acesso em: 26 mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CuhxBAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GOTTSCHALG-DUQUE, Cláudio; SANTOS, Jhonathan D. F. A concorrência do bibliotecário no século XXI. *In*: RIBEIRO, Ana Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180406\\_bibliotecario\\_do\\_sec\\_XXI.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI.pdf). Acesso em: 11 dez. 2019.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em Informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Nova Série, São Paulo. v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 02 ago. 2019. ISSN: 1980-6949.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Competência em informação**. 2016. Disponível em: <http://mid.ibict.br/index.php/mid>. Acesso em: 26 mar. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Novas competências da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. **Competências gerais da nova BNCC**. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

JULIEN, Heidi; WILLIAMSON, Kirsty. Discourse and practice in information literacy and information seeking: gaps and opportunities. **Information Research**, v.16, n.1,

mar. 2011. Sem paginação. Disponível em: <http://informationr.net/ir/16-1/paper458>. Acesso em: 25 out. 2020.

KMEEL, Sue C.; DICKINSON, Gail k.; DOLL, Carol A. Dispositions in the Twenty First Century School Library Profession. **Old Dominion University ODU Digital Commons**. School Libraries Worldwide. v. 18, n. 2, July 2012. Disponível em: [https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1075&context=stemp\\_c\\_fa\\_c\\_pubs](https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1075&context=stemp_c_fa_c_pubs). Acesso em: 05 out. 2020.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. Ameaça ou oportunidade?: o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 1, 1994. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/76637#> . Acesso em: 26 mar. 2020.

LANZI, Lucirene Andréia Catini; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregório. **A biblioteca escolar e a geração nativos digitais**: construindo relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 73-98 p. Disponível em: < [http://culturaacademica.com.br/\\_img/arquivos/9788579834677.pdf](http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/9788579834677.pdf)> . Acesso em: 22 jan. 2020

LÉVY, Jean-François. **Etat de l'art**: sur la notion de competence. 2009. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.397.6864&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 01 abri. 2020.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Deifini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis-SC. v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211/pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019. ISSN: 1414-0594.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Ana Carolina de Melo; SILVEIRA, Crislaine Zurilda; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; JULIANI, Jordan Paulesky. Biblioteconomia e ciência da informação: uma análise paradigmática em bibliotecas públicas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 607-626, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/issue/view/62>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MARTINS, Sabrina; KARPINSKI, Cezar. Interdisciplinaridade e formação do bibliotecário para atuação em bibliotecas escolares. **Informação & Informação**, Londrina-Pr, v. 23, n. 1, p. 424-449, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24399> . Acesso em: 02 jul. 2020. ISBN: 1981- 8920.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Alexandre Pedro; VITORINO, Elizabete Vieira. A dimensão técnica da competência em informação. *In*: VITORINO, Elizabete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética, política. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

ORELO, Eliane Rodrigues Mota; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão estética da competência em informação. *In*: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética, política. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação, e ciência da informação. **Data GramZero. Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n.5, out. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PARADA, Alejandro. E. Bibliotecología y responsabilidad social. **Informacion Cultural y Sociedad**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 65-75, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n1/n1a05.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PARTRIDGE, Helen; LEE, Julie; MUNRO, Carrie. Becoming “Librarian 2.0”: the skills, Knowledge, and Attributes Required by Library and Information Science Professionals in a Web 2.0 World (and Beyond). **Library trends**, University of Illinois. v. 59, n. 1-2, 2010. p. 315–335. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/18735/59.1-2.partridge.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão ética da competência em informação. *In*: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética, política. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

PERRENOUD, Philippe. La notion de competence. 2011. *In*: PERRENOUD, Philippe. **Construire des compétences dès l'école**. ESF Editeur. Colletion Pratiques & enjeux pédagogiques. 2011. Disponível em: <https://esf-scienceshumaines.fr/pedagogie/106-construire-des-competences-des-l-ecole.html>. Acesso em: 01 abri. 2020.

PIRES, Erik André de Nazaré. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. **Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação e Ciência e Gestão da Informação - EREBD**.

15 a 21 de Janeiro 2012. Disponível em:  
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2202/1410>. Acesso em: 04 nov. 2019.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Briquet de Lemos: Brasília, DF, 2009.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época, v. 16).

ROCA, Glória Durban. **Bibliotecas escolar hoje: recurso estratégico para a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012.

RODRIGUES, Charles; VIERIA, Angel Freddy Godoy. Estudos bibliométricos sobre a produção científica da temática Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas. **Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 167-180, mar./ago. 2016. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Poliana/Downloads/98761-Texto%20do%20artigo-205974-1-10-20160401.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p167-180

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Elaine Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248/264>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília-DF. v. 24, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 1995. Disponível em:  
[http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf\\_dd085d2c4b\\_0008887.pdf](http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf). Acesso em: 20 out. 2019.

SARAIVA, E. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, bibliográfico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SILVA, Ana Patrícia Celedonio da; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Competência em informação: uma análise sobre a prática do bibliotecário escolar durante o processo de busca da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em:  
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/702>. Acesso em: 02 jul. 2020. ISBN: 1980-6949.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A biblioteca escolar em tempo de mudanças no Brasil: a contribuição da biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n. 2, p.

47-65, jul./dez. 2012. disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56397>. acesso em: 20 abril 2020.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “moderno profissional da informação”. **Informação & Sociedade**, João Pessoa. v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez., 2008. Disponível em:

[http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/10/pdf\\_04615cb4e9\\_0012333.pdf](http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/10/pdf_04615cb4e9_0012333.pdf). Acesso em: 06 fev. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – SNBP. **Tipos de bibliotecas**.

Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.).

**Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

SOUSA, Bianca Silva Santos de; LINDOSO, Maysa Fernanda Ferreira. Bibliotecas escolares: passado, presente e o que será do futuro?. **Revista Bibliomar**, São Luiz. v. 15, n. especial, p. 7-17, jul./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/126548>. Acesso em: 20 abril 2020.

SOUZA, Ana Cristina; BAHIA, Eliana Maria dos Santos; VITORINO, Elizete Vieira. Dimensões da competência em informação sob a perspectiva de Zarifian.

*Perspectivas em Ciência da Informação*, v.25, número 2, p.56-76, jun. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24118/19421>.

Acesso em: 28 out. 2020.

SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília-DF. v. 14, n. 2, p. 189-196, jul./dez. 1986. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/90328>. Acesso em: 15 fev. 2020.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Revista Transinformação**. v. 2. n. 1. 1990. Disponível em:

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1670>. Acesso em: 16 out. 2019.

VARELA, Aida; CASTRO, Maura Ielea; GUIMARÃES, Igor Barauna. Ciência da informação: atuação profissional e as contribuições para o desenvolvimento por campo científico dos egressos do PPGCI (ICI/UFBA). **Ci. Inf., Brasília**, v. 37, n. 3, p. 76-87, set./dez. 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1986/3/1060-3216-3-PB.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas Escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/publico/VIANALilian\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/publico/VIANALilian_corrigida.pdf). Acesso em: 20 abril 2020.

VITORINO, Elizete Vieira. As dimensões da competência em informação. *In*: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética, política. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

VITORINO, Elizete Vieira. Princípios epistemológicos à competência informacional do profissional da informação. **IX Congress ISKO-Spain. Congreso ISKO-Espanã**. Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento. Valencia 11th, 12th, 13th march. 2009. Disponível em: [http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/57-72\\_Vieira-Vitorino.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/57-72_Vieira-Vitorino.pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

VITORINO, Elizete Vieira; PACKER, Probst Purnhagen; RIGHETTO, Guilherme Goulart; LUCCA, Djuli Machado de. Teoria e prática sobre as dimensões da competência em informação: atividade de aprendizagem e de vivência com alunos da graduação. XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **RBBB – Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. v. 3, n. esp. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/820/938>. Acesso em: 02 nov. 2020.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis-SC: Editora UFSC, 2019.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2) \*. **Ciência da Informação**, Brasília-DF. v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/1507>. Acesso em: 23 out. 2019.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**. v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889/924> . Acesso em: 22 jul. 2019. E-ISSN: 51

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed. 2010.